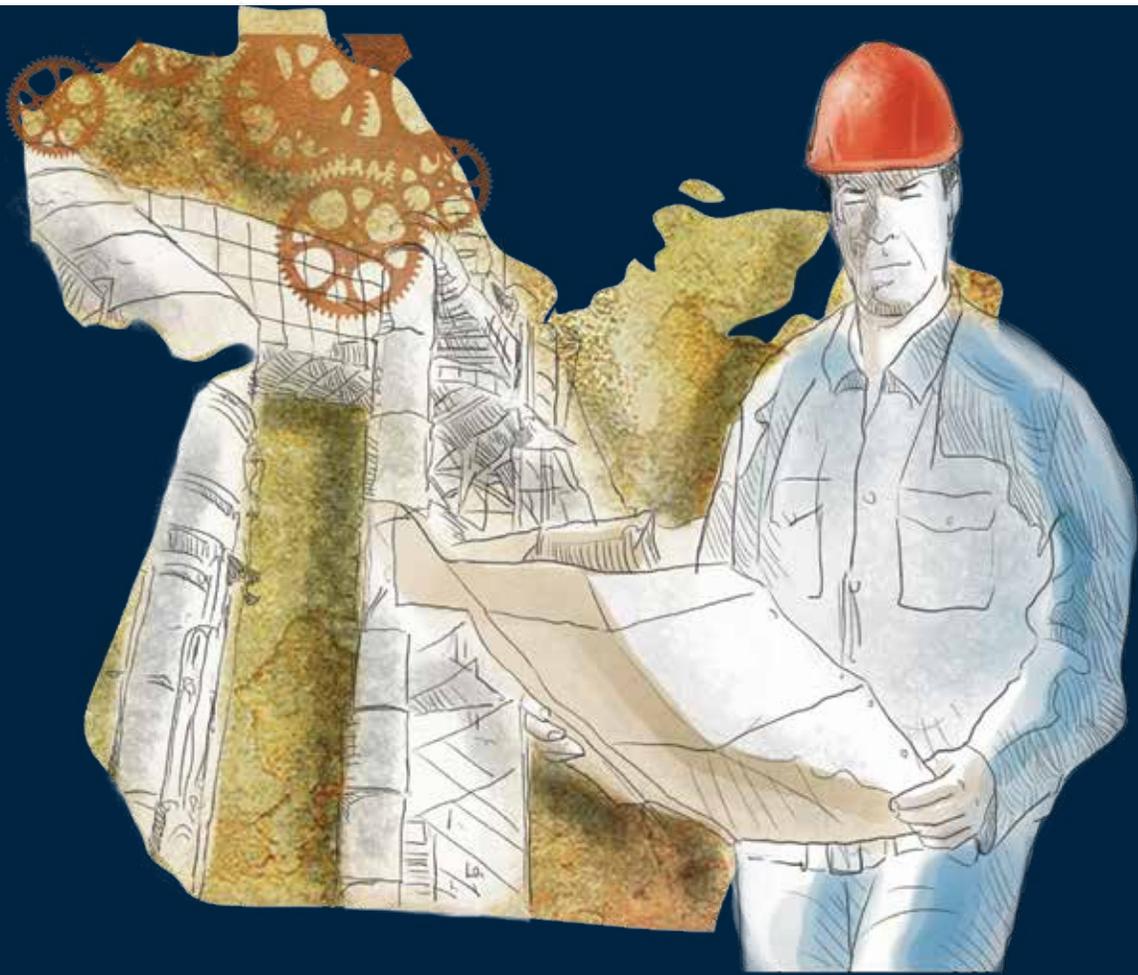


ESTUDOS

Estados Brasileiros

Pará



JOÃO CLAUDIO ARROYO
JORGIENE DOS SANTOS OLIVEIRA
ORGS.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Pará

2000-2014



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Estudos Estados Brasileiros

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Mayara Fernandes

Coordenação: Fátima Cleide

Organização: João Claudio Arroyo e Jorgiene dos Santos Oliveira

Colaboração: Cassiano Ribeiro, Reynan Abreu, Clayton Douglas e Fidel Terenciano

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P221 Pará 2000-2014 / João Claudio Arroyo, Jorgiene dos Santos Oliveira, orgs. –
São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
94 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-006-5

1. Pará - Política. 2. Pará - Economia. 3. Pará - Aspectos sociais. 4. Pará - Políticas sociais. I. Arroyo, João Claudio. II. Oliveira, Jorgiene dos Santos. III. Série.

CDU 32(811.5)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

5 APRESENTAÇÃO

9 INTRODUÇÃO

PRIMEIRO EIXO
11 QUEM SOMOS NÓS

SEGUNDO EIXO
33 OS DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

TERCEIRO EIXO
53 A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL

QUARTO EIXO
67 PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E CIDADÃ COMO ELEMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

QUINTO EIXO
69 BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

89 CONSIDERAÇÕES FINAIS

93 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

PARÁ 2000-2014

JOÃO CLAUDIO ARROYO
JORGIENE DOS SANTOS OLIVEIRA
ORGS.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

No Pará o projeto político para o estado vem sendo ancorado desde 2003 em um programa de reformas estruturais, ampliando a democracia e os direitos públicos. Programas que estão sendo implementados desde o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, em 2007 com a governadora Ana Júlia Carepa que venceu as eleições para o governo estadual do Pará. A partir de 2014 a presidenta Dilma avança ainda mais nas ações voltadas ao desenvolvimento do estado a partir da via institucional. É inegável o avanço que os estados do Norte e Nordeste estão tendo desde o início dos governos do Partido dos Trabalhadores, seja no governo federal, seja no governo estadual ou municípios.

A história do Pará mostra que foi o estado que teve crescimento significativo no Brasil, sobretudo no comércio exterior, desde que os primeiros dos “grandes projetos” (Jari e Trombetas) entraram em operação, em 1979. No entanto, embora o crescimento econômico, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), seja um fato inquestionável, o desenvolvimento humano expresso pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ainda precisa avançar. Por isso, a tarefa de construirmos um modelo de desenvolvimento solidário sustentável e com soberania, apesar de estar em andamento, precisa avançar.

Este livro, que sintetiza um conjunto de proposições advindas da experiência de nossos dirigentes, parlamentares, militantes dos movimentos sociais e instituições de ensino e pesquisa, busca se constituir em uma proposta para discussão que tem como escopo a garantia da *consolidação de um Novo Modelo*

de Desenvolvimento, com internalização de renda, expansão do mercado de bens de consumo popular e processos produtivos locais com expansão do emprego e elevação da qualidade de vida, como eixos centrais do nosso projeto para o estado Pará. Com isso nosso projeto deverá voltar a estar alinhado com o projeto nacional que governa o Brasil há quase 12 anos, pelos avanços que ele tem realizado junto ao povo brasileiro. Procuraremos oferecer uma visão geral do estado, o texto é sintético e dá destaque aos dados, na medida do possível, de uma série histórica entre 2000 e 2014, e sempre na perspectiva comparativa entre a situação do Pará com a do Brasil em geral.

O livro estará dividido em grandes eixos informativos, cada um deles procurará mostrar aspectos sobre Quem somos nós (o Pará), Os desafios para a integração econômica, A busca pelo desenvolvimento solidário e sustentável, Potencial produtivo, desmatamento e grilagem, Balanço das políticas sociais e Participação democrática e cidadã como elementos de transformação social. Com isso pretendemos mostrar quais os principais problemas, potencialidades e desafios para o estado do Pará neste século. Bem como o legado que o governo federal tem deixado no estado.

PRIMEIRO EIXO: QUEM SOMOS NÓS?

O ESTADO DO PARÁ

O Pará é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a segunda maior delas em território, com uma área de 1.247.689,515 km², constituindo-se na 13^a maior subdivisão mundial, o equivalente às áreas da Tailândia, Camboja, Laos e Vietnam somados. Se fosse um país, seria o vigésimo segundo maior do mundo em área territorial, pouco superior à Angola. É maior que a área da região Sudeste brasileira, com seus quatro estados, e um pouco menor que o estado norte-americano do Alasca. É dividido em 144 municípios, que possuem área média de 8.664,50 km². O maior deles é Altamira com 159.696 km², o menor é Marituba, com 103,279 km². Situado na região Norte, faz divisa com dois países: Guiana e Suriname, e com seis estados brasileiros: Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Tocantins. Destaca-se por ter parte do seu território composto por unidades de conservação federais, estaduais e municipais e terras indígenas. Em 2010, o estado possuía 7.581.051 habitantes, desses 32% viviam na área rural e 51.217 eram indígenas, sendo que 35.816 viviam em áreas indígenas (IBGE, 2010). A densidade demográfica é 6,39 hab/km², possuindo um grau de urbanização de 68,5% (IBGE, 2010).

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

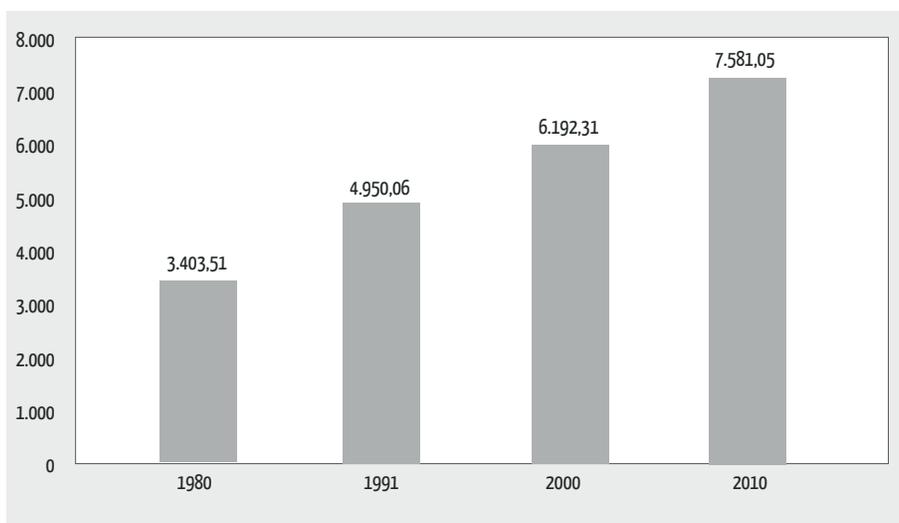
Em termos populacionais, segundo o Censo (IBGE, 2010), somos mais de 7,6 milhões de habitantes, em 30 anos a população mais que dobrou prin-

principalmente em razão do processo econômico que nos acompanha em período análogo. O governo federal indicou que em 2014 a população do Pará ultrapassou 8 milhões de habitantes, conforme aponta gráfico abaixo.

Existe um equilíbrio numérico entre a população masculina e feminina com uma leve predominância desta última. No que se refere a raça/cor, destaca-se o contingente de população negra (5,51 milhões de habitantes), composta por indivíduos que se autodeclararam pretos (548 mil) e pardos

Gráfico 1

Pará - Evolução da população residente censitária (1.000 hab)
1980-2010



Fonte: IBGE (Censo 2010). Elaboração dos autores, 2015.

Tabela 1

População residente no Pará de 2008 a 2014

Ano	População residente
2008	7,32
2009	7,46
2010	7,58
2011	7,69
2012	7,82
2013	8
2014	8,1

Fonte: Plataforma Indicadores Brasil (2015). Elaboração dos autores, 2015.

(5,27 milhões). Os indivíduos da cor/raça branca perfazem um número de 1,63 milhões de habitantes, os amarelos 69 mil. A população indígena perfaz um contingente de 39 mil habitantes, sendo a sétima unidade da federação.

DINÂMICA POPULACIONAL

Importante frisar que entre o período de 2000 e 2010, o crescimento médio vegetativo da população brasileira foi da ordem de 1,17 % a.a., enquanto que o Pará registrou uma média anual de crescimento em torno de 2,05% a.a. Esse resultado aponta que o estado vem acompanhando a tendência nacional quanto à diminuição das taxas de crescimento populacional, principalmente em função da redução das taxas de natalidade, doravante assim como as demais unidades da federação da região Norte, permanece acima da média nacional.

Ao analisarmos essa dinâmica de forma regionalizada (RI's - Regiões de Integração) percebemos que o interior ganhou força, em termos de crescimento populacional, em relação à área metropolitana quase sempre explicada pelo surgimento de novos empreendimentos econômicos.

Na RI Tocantins, entre os anos de 2000 e 2010, cidades como Abaetetuba passaram de 74,54 mil para 141,1 mil habitantes, Barcarena de 20,02 mil para 99,86 mil e Cametá de 79,32 mil para 120,9 mil. Essas cidades tiveram considerados crescimentos em virtudes da migração de mão de obra para projetos instalados nessa região como Albrás/Alunorte (processo da alumina e alumínio) e a Agropalma (óleo de dendê).

Nas regiões Sul e Sudeste do estado, que formam as RI's Carajás e Araguaia, encontram-se as cidades Jacundá que passou de 14,86 mil para 51,36 mil habitantes, Marabá que saltou de 59,88 mil para 233,67 mil, Tucuruí que foi de 61,14 mil para 97,13 mil) e São Félix do Xingu indo de 4,95 mil para 91,34 mil; onde a expansão e exploração dos setores agropecuário, madeireiro, mineral e hidrelétrico impulsionam o crescimento populacional desta região em virtudes do Plano Nacional de Desenvolvimento I e II (PND) posto em prática no final do período militar. Nesse quadro chama atenção o vertiginoso crescimento da cidade de Parauapebas, que abriga o complexo minero-ferroso Mina Carajás, que saltou de uma população de 53,34 mil habitantes em 1991 para 153,91 mil habitantes em 2010.

Nas regiões Oeste e Noroeste temos Altamira, (RI Xingu), que saltou de 46,5 mil para 99,08 mil habitantes, Juruti de 22,6 mil para 47,09 mil e Santarém, (RI Baixo-Amazonas), que foi de 191,95 mil para 294,58 mil. Além de serem as principais cidades, destacam-se em virtude da exploração madeireira, mineral e expansão da agricultura de soja.

Nas regiões Norte e Nordeste do estado a cidade de Ananindeua aumentou de 65,88 mil para 471,98 mil habitantes, em Belém o crescimento foi de 933,28 mil para 1.393,40 mil, Bragança a quantidade de habitantes foi de 85,09 mil para 113,23 mil, Castanhal o acréscimo foi de 65,25 mil para 173,15 mil e Paragominas foi de 48,11 mil para 97,82 mil. E na região do Marajó a cidade de Breves o aumento da população foi de 55,74 mil para 92,86 habitantes.

POTÊNCIA MINERAL MUNDIAL

O Pará é a maior província mineral do país, uma das maiores do mundo, contribuindo com 35% do saldo do Brasil no setor de minérios. Só em minério de ferro as jazidas são de 7,2 bilhões de toneladas. Além de importante produção de cobre, bauxita (alumínio), ouro e caulim.

A produção mineral é 88% do valor exportado pelo estado e quase 35% do PIB do Pará. Dos 88% da produção mineral exportada, 60% é de ferro. Da exportação nacional de ferro o estado contribuiu em 2012 com 28,4%. Com a exportação de cobre a contribuição foi de 59,4% no mesmo ano. Os 12% restantes do que exportamos é de produtos agropecuários, florestais e pescado.

Até o final desta década, os investimentos da Vale na Serra Sul, a mina S11D, deverá crescer em 90 milhões de toneladas ano a produção de minério de ferro no estado. Perfazendo uma produção total de 230 milhões toneladas ano, este investimento deve fazer do Pará, o maior produtor e exportador do produto em todo o planeta. A canadense Alcoa, instalada em Juruti (no extremo oeste) para produzir alumínio primário, fez em 2013 investimentos de 3,3 bilhões para chegar em 4,45 milhões de toneladas de base úmida.

ATRATIVIDADE

Mesmo com as limitações infraestruturais e com relação a incentivos tributários, como se queixam os empresários, o Pará atrai investidores produtivos. Destacam-se, no setor de fertilizantes, o anuncio da implantação da Timac Agro, da francesa Roullier, que deverá investir em Barcarena cerca de R\$ 150 milhões em 2014. A mesma direção tomou a americana White Martins, produtora de gases industriais e medicinais. A líder global em embalagens, a inglesa Rexam, está se instalando em Ananindeua (RMB) para produzir 800 milhões de latas e garrafas de alumínio ano, que é toda a demanda da região Norte.

A brasileira Beraca, com mais de meio século no setor de cosméticos, fez previsões de aumento de vendas em 40% e deverá investir ainda mais na biodiversidade paraense: óleos e extratos de castanha, andiroba, açaí, cupuaçu, entre outros. Exportando 30% de sua produção, atraindo a agência alemã de coope-

ração GIZ e a glamorosa L'óreal, de Paris. O que indica a viabilidade desta nova possibilidade de avanço produtivo no estado e em toda a Amazônia.

A criação da Área de Livre Comércio em Santarém, que tramita no Congresso Nacional, pretende intermediar a produção da Zona Franca de Manaus e os mercados nacional e internacional. A Zona de Processamento de Exportações (ZPE), lançada em 2010, ainda no governo da governadora Ana Júlia (PT), não decolou e só registra uma única adesão, uma subsidiária da Hydro. Apesar de permanecer como reivindicação das entidades empresariais do estado. O atual governador Simão Jatene, do PSDB, investe R\$ 50 milhões para viabilizar cinco distritos industriais: Ananindeua, Icoaracy, Marabá, Barcarena e Santarém. Ao todo, registram 100 empresas, destas 44 estão em funcionamento, gerando cerca de cinco mil empregos diretos, com um faturamento médio anual de R\$ 300 milhões.

Em Marabá, com incentivos do governo de Ana Júlia Carepa, do PT, foram implantadas algumas siderúrgicas, porém, apenas três estão em funcionamento, a paraense Sidepar, a cearense Sinobras e a espanhola Ibérica.

PAPEL EXPORTADOR

O Pará é o sexto maior exportador da união. Mas é a segunda maior contribuição para o saldo da balança comercial brasileira. Maior exportador nacional de boi em pé, o Pará possui o quinto maior rebanho bovino do país. Quanto à importação, é o 16º no ranking nacional. Principalmente por adquirir no exterior hidróxido de sódio, coque de petróleo calcinado, hulha betuminosa, dumpers para transporte de carga, trigo e correlatos, pneus radiais e pás carregadeiras. Produtos majoritariamente usados pelos mesmos “grandes projetos” que produzem o que é exportado. O saldo comercial paraense cresceu em média 25% a.a., entre 2003 e 2012.

Segundo maior produtor de energia hidráulica, será o maior a partir de Belo Monte. Segundo mapeamento da matriz energética nacional, 70% do potencial hídrico-energético do país está na Amazônia e quase metade disso está no Pará.

TURISMO

O Pará, segundo estudos desenvolvidos pela OEA/Sudam, concentra cerca de 50% dos atrativos naturais mapeados na Amazônia, região que se configura como a de maior apelo turístico do mundo. As atrações naturais do estado somadas à estratégica localização no norte do Brasil, próximo da América do Norte, Caribe e Europa, além das atrações da floresta e do Rio Amazonas, fazem do dele uma excelente opção de localização de investimen-

tos destinados às atividades ligadas ao turismo. A localização privilegiada das atrações turísticas paraenses possibilita a criação de roteiros integrados com outros destinos como a Costa Nordeste e o Caribe. O estado compreende seis polos turísticos, de acordo com as características de seus atrativos naturais: Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Araguaia-Tocantins, Tapajós e Xingu.

POLO BELÉM

O turismo cultural e de negócios constituem os segmentos de maiores oportunidades de nesse polo. Com efeito, a posição geográfica da capital do Pará - porta de entrada da Amazônia pelo Oceano Atlântico, e saída brasileira para o corredor de integração com as Guianas e o Caribe - aliada a um rico patrimônio cultural e de belezas naturais, além de uma razoável oferta de infraestrutura urbana e de equipamentos turísticos, são fatores que favorecem o desenvolvimento de atividades relacionadas a esses segmentos. De fato, Belém, possui a melhor infraestrutura para eventos de toda a região Norte/Centro-Oeste. Não é sem razão que o Frommer's, o mais famoso guia turístico do mundo, elegeu, em 2006, Belém entre as dez cidades do planeta que iriam "estourar".

POLO AMAZÔNIA ATLÂNTICA

O litoral atlântico paraense possui belas praias oceânicas, como Salinas, Marudá, Algodal e Ajuruteua, sendo vocacionado para o turismo de praia e sol e pesca esportiva de mar. A costa atlântica tem grande importância ecológica, pois abriga também um dos maiores complexos de mangue de todo o planeta e suas ilhas são importantes ninhais de pássaros. A riquíssima fauna, a paisagem inesquecível de aparência intocada, pequenos rios encobertos pela vegetação nativa, mangues primários, praias desertas são um convite irresistível para turistas interessados em conhecer melhor esse ecossistema e observar pássaros (*bird watching*).

POLO MARAJÓ

Com quase 50 mil quilômetros quadrados, divididos em 13 municípios, e constituindo uma área de preservação ambiental, o Arquipélago de Marajó, localizado na foz do rio Amazonas, é o maior arquipélago fluvial do mundo, e está entre os mais importantes cenários ecológicos do Brasil. Um verdadeiro santuário ecológico, com grandes fazendas de criação de búfalos, apresenta paisagem exótica e ecossistema praticamente intocado em um conjunto exuberante de florestas, savanas, praias de areias claras, lagos e igarapés, além de uma rica fauna. Essas características conferem a essa região oportunidades ímpares para investimentos em atividades de ecoturismo, turismo rural e de esporte e aventura.

POLO ARAGUAIA-TOCANTINS

Mineração, grandes lagos, rios e agronegócio fazem do Polo do Tocantins-Araguaia, situado na região sudeste do estado, uma oportunidade excelente para investimentos nos seguintes segmentos: turismo de negócios e lazer, rural, aventuras, sol e praia e pesca esportiva de rio. Estima-se que a região possua cerca de 300 espécies de peixes.

POLO TAPAJÓS

A região do Tapajós é a maior de todas as regiões turísticas do estado, concentrando quase toda a porção ocidental do território paraense. O Tapajós é uma das melhores opções de visita que o Pará possui, ideal para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ecoturismo e aos esportes de aventura, já que uma das características da região é a geografia selvagem, com a presença de diversas cachoeiras e formações rochosas, cenário perfeito para essa finalidade.

POLO XINGU

Altamira, o maior município do mundo em extensão territorial, é o principal centro econômico do Xingu, oferecendo a possibilidade de contato com a natureza inexplorada da região Amazônica, é, também, o espaço ideal para a prática da pesca esportiva. Também é possível conhecer parte da história e da cultura do índio brasileiro, devido à grande diversidade de etnias indígenas que habitam a região. O rio Xingu com suas águas mornas oferece um grande número de praias de água doce em toda a sua extensão, e sua bacia representa um dos mais importantes capitais ecológicos do país.

A região oferece um enorme potencial para empreendimentos voltados para o ecoturismo, turismo de aventuras e a pesca esportiva. Apesar desse enorme potencial, a atividade turística, no Pará, ainda não ganhou significância a ponto de aparecer com destaque na composição do PIB do estado.

Torna-se necessário, para atrair investidores, que se atente para alguns requisitos essenciais à proposta. Dentre os pontos mais importantes a abordar, destacam-se: a definição com clareza, dos atrativos turísticos a serem explorados: recursos naturais, recursos histórico-culturais, realizações técnicas e acontecimentos programados;

- as possibilidades de investimento em equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem, serviços de alimentação, indústria do entretenimento; e

- infraestrutura de apoio: sistemas de transportes, de comunicação, de segurança, equipamento médico-hospitalar.

Recentemente, o jornal inglês *The Guardian* colheu entre passageiros transatlânticos que a praia de Alter do Chão em Santarém é a mais bonita do Brasil. A gastronomia local virou xodó de programas de TV que gravam no Ver-o-Peso, o maior mercado a céu aberto da América Latina. O Círio de Nazaré é uma referência mundial para o turismo religioso e o centro de convenções Hangar tem estrutura para eventos de qualquer porte e magnitude, em Belém. Contudo, mesmo com todo apelo amazônico somado, o Pará recebeu em 2012 870 mil turistas, dos quais apenas 69 mil vindos do exterior, arrecadando naquele ano R\$ 445 milhões. No mesmo período o Brasil recebeu 5,5 milhões de estrangeiros.

Marabá está construindo um centro de convenções no valor de R\$ 17 milhões. O centro de convenções de Santarém está orçado em R\$ 16,9 milhões. O Terminal Hidroviário de Belém, onde foi investido R\$ 15 milhões, está em fase de conclusão e dará mais conforto aos que forem conhecer a ilha do Marajó, por exemplo, outro destino de apelo internacional subaproveitado. Mas a questão é: apenas investimento em equipamentos basta? Há negociações para o BNDES liberar US\$ 44 milhões para o setor, já conquistamos voo direto Belém-Miami e estamos em vias de conseguir Belém-Lisboa. Apenas 23 transatlânticos deixaram cerca de US\$ 3 milhões na economia local, na última temporada.

A FORÇA DO CAMPO PARAENSE

O Pará é o primeiro produtor nacional em Palma (dendê), açaí, cupuaçu, mandioca, pimenta-do-reino e pecuária bubalina. É o segundo em cacau, coco e em abacaxi. Sua produção de soja e milho é crescente. O Pará lidera a produção nacional de raiz de mandioca, com 4,7 milhões de toneladas na safra 2011/2012 – o equivalente a 19,19% da produção nacional. O estado é o segundo maior produtor nacional de pescado, o primeiro na pesca extrativa, em 2010. No entanto, os dados paraenses são inconsistentes e nem o número de espécies comerciais está definido.

O rebanho bovino é de 20 milhões de cabeças e o de búfalos é de 500 mil cabeças. O estado tem 12 grandes frigoríficos, inclusive os maiores da América Latina. O grupo JBS Friboi opera uma unidade em Marabá com capacidade de abate de mil cabeças/dia. O Pará é o maior exportador brasileiro de boi vivo, com mais de 432 mil animais embarcados para Venezuela e Líbano, em 2012.

A Marfrig, multinacional paulista do setor de carnes, se instalou em Tucumã, mas seus fornecedores são de São Félix do Xingu, município que detém

1% de todo o rebanho bovino do país e possui um território maior que Portugal, são mais de 2 milhões de cabeças, o que significa 20 bois por habitante. Lá, a Marfrig opera em parceria com a mega varejista americana Walmart. O atual governo do estado diz querer reverter em 15 anos, 10 milhões de hectares de pasto em área de agricultura.

O setor madeireiro voltou a crescer a partir de 2011 com as concessões florestais pelo estado. Hoje conta com 33 polos e 95% da produção é exportada.

No primeiro semestre de 2013, a exportação florestal aumentou o valor em 21% e diminuiu o volume em 2,6%, o que pode indicar uma tendência de agregação de valor no setor.

No Pará ocorre exatamente o que indica o Censo Agropecuário 2006 (IBGE), verifica-se que a agricultura familiar é que alimenta a nação produzindo mais de 70% dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro, mesmo com pouca terra e poucos incentivos de financiamento e crédito para produzir. Em relação ao número de estabelecimentos da agricultura familiar e o tamanho do território que eles ocupam, 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros estão dentro do perfil de “estabelecimentos da agricultura familiar”, e ficam com apenas 24,3% do território ocupado no campo brasileiro. Os outros 15,6% dos estabelecimentos representam a agricultura “não familiar”, ou seja, o agrogócio, que por sua vez, fica com 75,7% das áreas ocupadas.

O governo federal através do Programa de Fomento à Atividades Produtivas Rurais garante às famílias agricultoras recursos para financiar a implantação dos projetos de estruturação produtiva elaborados juntamente com os técnicos de ATER. O pagamento é feito pelo MDS diretamente aos agricultores, por meio do cartão do Bolsa Família ou pelo Cartão Cidadão (Governo Federal, 2015). Cada família pode receber até R\$ 2.400,00, divididos em até três parcelas. Não se trata de empréstimo, ou seja, não é preciso devolver o dinheiro. Os recursos devem ser usados na compra de insumos e equipamentos (como sementes, adubos, ferramentas, animais e matrizes) ou na contratação de pequenos serviços necessários à implantação do projeto. De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, 6.762 famílias de agricultores do estado de 66 municípios, receberam recursos para financiar a implantação de projetos de estruturação produtiva elaborados juntamente com os técnicos de ATER.

A ATER é um serviço de educação não formal em que agentes capacitados auxiliam agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais para que melhorem suas atividades produtivas. A assistência técnica promove o aperfeiçoamento do sistema de produção das unidades produtivas familiares, aumentando a quantidade, qualidade e valor de seus produtos. Assim, as famílias podem ter bons alimentos para consumo

próprio, melhorando sua situação nutricional, e gerar excedentes para comercializar, melhorando sua renda e qualidade de vida (Governo Federal, 2015).

De maio de 2011 a setembro de 2014, 27.651 famílias de agricultores familiares do estado, distribuídas em 59 municípios, tiveram o acesso a serviços de ATER garantido por meio de chamadas públicas para a seleção de instituições especializadas na prestação desses serviços, contratadas com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

INFRAESTRUTURA

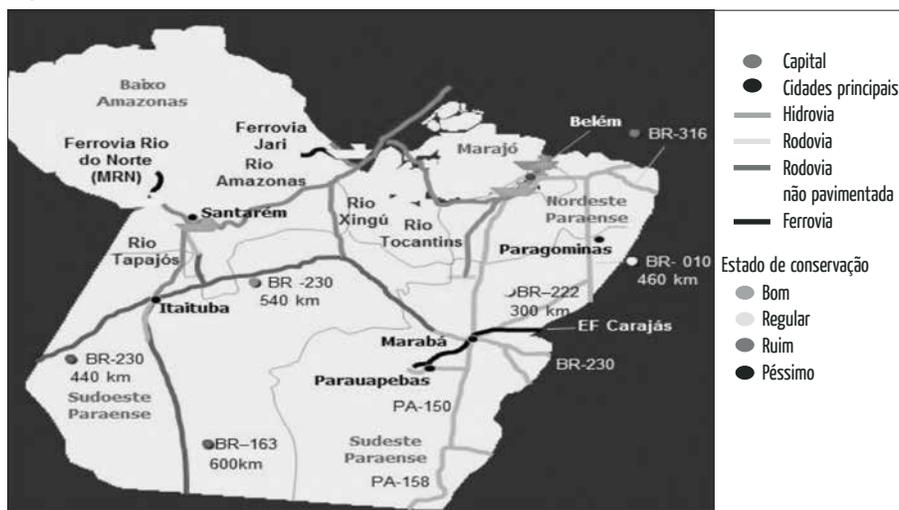
SITUAÇÃO DE PORTOS, ESTRADAS, ENERGIA

Pela sua localização geográfica na Amazônia, assim como sua maior aproximação com os estados do Nordeste, o Pará possui um meio de transporte predominantemente hidroviário e rodoviário. A parte leste do estado, desde a região de Carajás até a capital estadual, Belém, está mais sujeita tanto ao transporte hidroviário quanto ao rodoviário, com destaque para a Rodovia Belém-Brasília, principal meio de transporte daquela região.

A infraestrutura necessita de mais investimentos para baixar o custo da produção nos diversos setores. Além da finalização da Hidrovia do Tocantins, o PAC prevê o prolongamento da ferrovia Norte-Sul, ligando Açailândia

Mapa 1

Mapeamento da infraestrutura no Pará



Fonte: DNIT, CNT, Infraero, Análise Macrológica.

a Barcarena, a pavimentação da Santarém-Cuiabá (BR 163) e da Transamazônica (BR 230).

Em 2013, o Banco da Amazônia liberou R\$ 110 milhões para infraestrutura. O BNDES liberou R\$ 1,97 bilhões, também para infraestrutura. E, a Sudam, através do Fundo da Amazônia, liberou R\$ 448,41, mais uma vez para infraestrutura. As estimativas do atual governo estadual apontam uma necessidade de financiamento na ordem de R\$ 29,8 bilhões para conseguir dar conta das demandas de infraestrutura.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi projetada para gerar 4.571 MW ano e demandar R\$ 29 bilhões. Nos próximos cinco anos está previsto que o governo federal deverá licitar mais de R\$ 148 bilhões para construção de UHE's no Pará, como as de São Luiz do Tapajós e de Jatobá. Com isso o estado dá sua contribuição para a geração de energia que o Brasil precisa, ao mesmo tempo, é punido com a exceção criada para que o ICMS seja cobrado no estado consumidor e não no estado produtor como acontece com qualquer outro produto, determinação do governo estadual comandado pelo PSDB. Outra grave seqüela que o estado sofre é o impacto socioambiental com um projeto como este. Deste ponto de vista, Belo Monte é um exemplo que tem gerado um grande aprendizado.

Outro destaque na área energética do estado é na distribuição. Desde a polêmica privatização da Celpa, pelo governo do estado, e sua recente revenda, pelo preço simbólico de R\$ 1,00 para a Equatorial, por estar pré-falimentar, a Celpa coleciona prejuízos, multas, recordes de reclamação na Aneel e ainda é apontada como a principal determinante para as limitações do programa do governo federal Luz para Todos no Pará.

O Porto de Vila do Conde (Barcarena, próximo da RMB)¹ movimentava 75% das cargas no estado e prevê investimentos de R\$ 4,5 bilhões. Em Santarém, apenas o porto da Cargill, multinacional de origem americana do ramo de alimentos, deverá passar a movimentar 5 milhões de toneladas de grãos após o investimento de US\$ 3 milhões previstos para 2014. Tanto neste, quanto no Porto de Santarém, público, o custo de embarque é 14% menor que o do Porto de Santos, por exemplo, apesar dos problemas com infraestrutura. Os produtos que mais passam por lá são a soja, milho, milheto e sorgo.

SANEAMENTO

Dada a grandiosa desigualdade da renda, há de se analisar as condições de vida da população paraense. Nesse sentido os indicadores, por si,

1. Região Metropolitana de Belém.

demonstram o grau de precariedade que aflora nas cidades e diversos rincões que nos cercam.

Os dados do último Censo (2010) apontavam que aproximadamente 16% da população (1,2 milhões) residente em domicílios permanentes no estado do Pará não possuíam o serviço de abastecimento de água encanada, número este que se agrava quando acrescentado o quantitativo da população vivendo em domicílios com inadequação de saneamento e abastecimento d'água somando mais 2,18 milhões de pessoas (29%) à precariedade desses serviços.

Registrou-se, ainda, que apenas 47,03% da população paraense tinha acesso à água, enquanto 57,8% tinha acesso à rede de esgoto sanitário.

Municípios do arquipélago do Marajó como Afuá (26,1%), Anajás (21,6%), Chaves (27,8%) e Melgaço (21,9%) apresentam menos de 30% de cobertura de água encanada.

ESTRUTURA SOCIAL

A resultante do modelo esmiuçado nos parágrafos anteriores traduz-se nos alarmantes indicadores sociais do estado, que nos remetem a uma condição de resistência popular. Sobrevive-se com as migalhas ou gotejamento (*trickle-down effects*) da renda, do sistema caótico e centralizador da saúde, da violência das ruas, da falta de infraestrutura básica.

A POBREZA

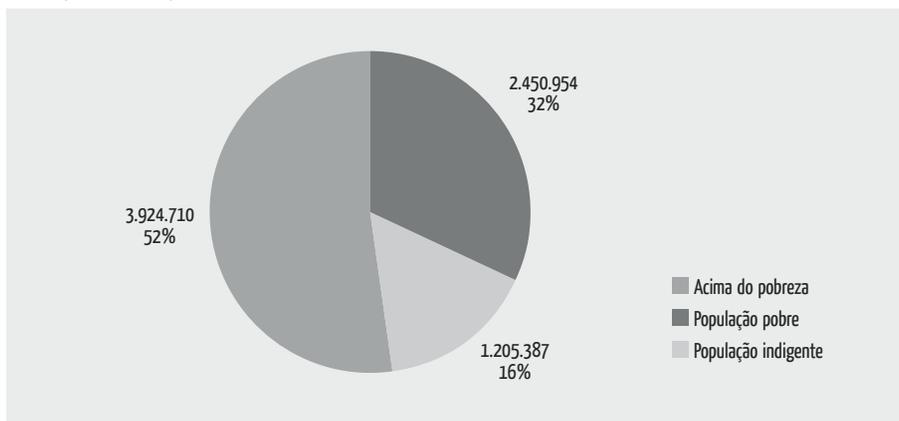
Tomando por base os dados de rendimentos do Censo 2010 (IBGE), e estratificando o universo da população em dois cortes de renda, definidos pelo PNUD, como pobreza (meio salário) e extrema pobreza (um quarto de salário), tem-se como consequência um dado estarrecedor: Dos 7,9 milhões de habitantes do estado do Pará, quase a metade (48%) viviam em 2010 na condição de pobreza ou extrema pobreza num total de 3,65 milhões de pessoas.

Em números absolutos, a situação de pobreza e extrema pobreza parecem estar distribuídas de forma homogênea nos 144 municípios paraenses. A Região Metropolitana de Belém, composta de Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara e Santa Isabel concentram 12% desse contingente. Um total de 52 municípios dos 144 do estado possuía mais de 50% de sua população na condição de pobreza, a exemplo do município de Melgaço (73,4%), Marajó e Cachoeira do Piriá, no nordeste do estado, (67,4%) e Prainha, no Baixo-Amazonas, com 67% de sua população na condição descrita anteriormente.

O estado do Pará está entre os menores rendimentos nominais médio *per capita* do país, aproximadamente R\$ 301,00. Quando estratificados de forma

Gráfico 2

População em situação de pobreza e de extrema pobreza no estado do Pará



Fonte: Dados de rendimentos do Censo-IBGE, 2010. Elaboração dos autores, 2015.

regionalizada ou pelos municípios paraenses descobre-se uma situação de maior gravidade: 88 municípios, ou seja, mais de 60% dos 144 municípios paraenses em 2010 possuíam os seus rendimentos *per capita* abaixo da média estadual, sendo que nos municípios de Aveiro a renda *per capita* era de R\$ 148,71, em Cachoeira do Piriá R\$ 135,21 e em Melgaço a renda era de R\$ 130,40, os rendimentos representavam menos da metade da média do estado. A renda *per capita* das pessoas em condição de pobreza e extrema pobreza desses municípios, em 2010, era de R\$ 66,58 e R\$28,71, respectivamente.

Pode se dizer então que a precariedade dos postos no mercado de trabalho paraense é determinante, na formação da renda, predominam então as relações de informalidade muitas vezes também ligadas à precariedade nas condições de trabalho. Dados da PNAD (IBGE, 2012) demonstram que 67,5% das pessoas com 16 anos ou mais de idade, estavam alocadas na informalidade, número este que o situa na terceira posição quanto à ocupação informal, para esta faixa etária, ficando atrás, somente, dos estados do Maranhão e Piauí, sendo que na Região Metropolitana de Belém essa relação era de 49,7%.

O Pará possui uma das piores rendas *per capita* do país, abaixo da renda nacional, uma das maiores concentrações de renda. Apenas dez dos 144 municípios, geram 70% do PIB estadual. Os demais 134 municípios, geram apenas 30% do PIB no Pará. Mais de 2 milhões de

pessoas, 25% da população, vivem na pobreza. O PIB *per capita* em Canaã dos Carajás é de R\$ 48.639,03 por habitante. Já em Curralinho, município localizado no arquipélago do Marajó, o PIB *per capita* é de R\$ 2.269,82, o menor do Brasil em 2012. Dos 3,5 milhões de trabalhadores em empregos formais e informais no Pará, 40% ganham até um salário-mínimo.

Em vista a esta realidade o governo federal a partir de 2003 buscar reverter o quadro da pobreza apontado acima. Recordar que desde os governos Lula e Dilma (até dezembro de 2013), foram criados 535.709 empregos com carteira assinada no Pará. Só no governo Dilma, por exemplo, foram gerados 130.725 empregos formais no estado. Em relação ao empreendedorismo os programas de apoio do governo federal vêm beneficiando um número crescente de paraenses.

O Programa Crescer (microcrédito) tem 109.564 operações contratadas no Pará, com recursos da ordem de R\$ 161,95 milhões. O Programa Empreendedor Individual conta com 97.730 inscritos e as empresas optantes do Super Simples no estado totalizam 173.007 (Governo Federal, 2013).

DROGAS, VIOLÊNCIA, POPULAÇÃO DE RUA: REFLEXOS DE UMA SOCIEDADE DESIGUAL

DROGAS

Uma pesquisa recente do Instituto Sangari - MJ (2012), demonstra que as drogas ilícitas, antes restritas às áreas urbanas, hoje estão disseminadas por todo interior dos municípios brasileiros. Trata-se de um dos maiores problemas brasileiros a ser enfrentado. Os reflexos das drogas, lícitas ou ilícitas, têm rebatimentos principalmente sobre a violência, onde parte da população jovem é atingida diretamente.

Dentre as maiores preocupações estão os usuários de *crack*², essa droga tem efeito mais danoso e destruidor em relação às demais, pois vicia nos primeiros usos e sua dependência é muito maior. Pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde à Fundação Osvaldo Cruz (2013), traçou o perfil epidemiológico dos usuários de *crack*, bem como sua distribuição geográfica nas macrorregiões do país.

2. Linguagem coloquial para significar a forma cristalizada de cocaína, a qual normalmente se apresenta em forma de pó.

Segundo a pesquisa mencionada acima, a estimativa encontrada nas capitais do país e Distrito Federal, é que a população desses municípios que consomem *crack* e/ou similares de forma regular é na proporção de aproximadamente 0,81% (Intervalo de Confiança de 95% - IC95%) de (0,76 – 0,86), o que representaria cerca de 370 mil usuários. Nesses mesmos municípios, constata-se que a estimativa para o número de usuários de drogas ilícitas em geral (com exceção da maconha) é de 2,28% (IC95% 2,17-2,38), ou seja, aproximadamente 1 milhão de usuários. Sendo assim, usuários de *crack* e/ou similares correspondem a 35% dos consumidores de drogas ilícitas nas capitais do país.

Assim nos estados da região Norte, nas capitais, estimou-se que existe um número de 167 mil usuários constantes de drogas ilícitas (exceção à maconha), sendo 20%, ou seja, 33 mil usuários de *crack*, o menor percentual registrado, em relação às demais regiões.

Uma das consequências mais nefastas ligadas ao uso do *crack* está relacionada ao seu poder em afastar o usuário da sua rotina, dado o seu alto grau de dependência. Na maioria das vezes o usuário abandona sua família e forma verdadeiras “hordas” debaixo dos viadutos ou áreas abandonadas das nossas capitais, estima-se, segundo a pesquisa realizada pela Fiocruz que mais de 40% dos usuários de *crack* são moradores de rua, um dado alarmante levando em conta ainda que cerca de 50 mil usuários no Brasil são formados por crianças e adolescentes.

Uma rede de auxílio aos usuários de drogas está em fase embrionária no país, onde participam principalmente o terceiro setor, setores ligados às entidades religiosas e ações do governo federal.

Em 20 de maio de 2010, a presidência da República publicou o Decreto 7.179, instituindo o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, “*com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas*”. Em dezembro de 2011, em continuidade às ações do governo federal, foi lançado o Programa Crack, É Possível Vencer, com medidas de integração de ações em três eixos: prevenção, cuidado e autoridade.

A política de prevenção e combate às drogas deve estar entre as prioridades ligadas a uma estratégia de união de esforços entre governo federal, estados e municípios. Nesse sentido o estado do Pará ressentido da falta de uma política mais explícita, não existe ainda uma rede de tratamento pública com clínicas especializadas, verifica-se este tipo de serviço concentrado somente na capital Belém, mesmo assim conta com, apenas, duas unidades: o hospital das Clínicas e a Coordenadoria de prevenção, tratamento e redução de danos de consumo de drogas (Cepren), e com pouquíssimas vagas.

Constata-se então mais uma face da desigualdade que assola o país e principalmente o estado do Pará. Soma-se aos usuários de drogas ilícitas, os desalentados, os alcoólatras, entre outros, e que juntos formam uma população de ruas, tão presentes e tão visíveis aos olhos de todos, para alguns fazem parte da paisagem urbana, uma constatação preocupante uma vez que a indignação, a revolta e sensibilidade a este problema, deveriam predominar enquanto sentimentos dominantes.

Em pesquisa realizada em 2013, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tendo como amostragem 71 cidades brasileiras foi possível auferir uma população de rua de quase 32 mil pessoas. No estado do Pará, foram contemplados, a capital Belém e o município de Ananindeua. A seguir demonstra-se um perfil agregado do resultado da pesquisa referente à população de rua.

- 82% do sexo masculino;
- 53% com idade entre 25 e 44 anos;
- 67% são negros;
- A maioria (52,6%) recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais;
- Composta, em grande parte, por trabalhadores – 70,9% exercem alguma atividade remunerada;
- Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência;
- Parte considerável é originária do município onde se encontra, ou locais próximos;
- 69,6% costuma dormir na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos;
- 22,1% costuma dormir em albergues ou outras instituições;
- 95,5% não participa de qualquer movimento social ou associativismo;
- 24,8% não possui qualquer documento de identificação;
- 61,6% não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto;
- 88,5% não é atingida pela cobertura dos programas governamentais, ou seja, afirma não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2013. Elaboração dos autores, 2015.

Uma *proxy* utilizada para se medir o quantitativo da população de rua no estado, refere-se ao percentual de pessoas vivendo em domicílios improvisados, metodologia esta adotada pelo IDESP (2012) para composição do Mapa de Exclusão Social. Assim, com base numa série da PNAD (IBGE) é possível verificar o agravamento das condições, com um aumento do número de pessoas vivendo sob condições improvisadas no estado. Em 2006 o percentual de

0,03% das pessoas viviam sob esta condição, em 2009 representavam 0,14 % com uma leve redução em 2012, passando para 0,12% da totalidade das pessoas. Para a Região Metropolitana de Belém houve gradual redução para o mesmo período.

Tabela 2

Proporção de pessoas vivendo em domicílios improvisados no Brasil, região Norte, estado do Pará e RMB

Ente	2006	2007	2008	2009	2011
Brasil	0,11	0,18	0,15	0,11	0,18
Região Norte	0,02	0,3	0,45	0,12	0,42
Estado do Pará	0,03	0,15	0,06	0,14	0,12
RMB	0,07	-	0,06	0,02	0,2

Fonte: IDESP/Mapa de Exclusão Social, 2011. Elaboração dos autores, 2015.

VIOLÊNCIA

A desigualdade que assola a sociedade paraense tem seu pior reflexo relacionado à questão da violência, essa por sua vez causa destruição de lares, famílias, e até mesmo impactam na produtividade do país, se levarmos em conta que o grande número de jovens vitimados, diminuem a força de trabalho “em potencial”. A grande quantidade de homicídios incidentes sobre a população paraense coloca o estado entre os mais violentos do país. Em 2011, segundo dados sistematizados pelo Mapa da Violência (2013), a partir de dados do Ministério da Saúde, o estado do Pará, apresentava a quarta maior taxa de homicídios, ou seja, registraram 40 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, ficando somente atrás de Alagoas (72,2), Espírito Santo (47,4) e Paraíba (42,2). Em números absolutos, em 2011, foram registrados no estado, 3.078 homicídios e em pouco mais de uma década cerca de 26.300, números comparados a uma guerra, o incremento entre os anos de 2001 e 2011 foi da ordem de 222%.

SEGURANÇA

Um dos elementos importante na análise sobre a segurança pública no estado do Pará é o fato da insegurança que afeta todos os setores e regiões, se constituir uma verdade incontestável. Por exemplo, os dados divulgados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (2014), revelam que o Pará no período 2002-2012 apresentou um crescimento de 175% na taxa de homicídios. A ONU recomenda um policial para cada 250 habitantes, e no estado do Pará, atualmente, temos um policial para cada 538 habitantes. O Pará está entre os cinco estados mais violentos do Brasil e Belém está entre as

trinta cidades mais violentas do mundo, de acordo com os dados divulgados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (2014).

A construção e reformas de delegacias e unidades de atendimento policial, com o fim de prestar melhores serviços à população, reduzindo os índices de criminalidade, levou na construção de 111 postos de polícia comunitária, num investimento na ordem de R\$ 61 milhões previstos no PAC – Pará, consolidando o Programa Segurança Cidadã, implementado a partir de 2007 no estado. Programas de apoio para os familiares dos servidores públicos que atuam na segurança pública, principalmente, na questão da educação, estabelecendo-se cotas e oportunidades de créditos para as filhas e filhos dos policiais civis e militares. Universalizar gradativamente a doutrina da Segurança Cidadã em todos os órgãos da Segurança Pública, com seguintes propósitos:

- Criar um “Novo CIOP 190”, dando condições físicas, humanas e tecnológicas para garantir o pronto atendimento das demandas emergenciais de segurança da população paraense.

- Criar a Agência Estadual de Inteligência Policial, no âmbito da Segup, aumentando as capacidades de prevenção e controle da criminalidade organizada no Pará.

- Construir e/ou reformar unidades dos órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública nos municípios do estado.

- Repor e ampliar gradualmente, mediante concursos públicos, os quadros efetivos para todos os órgãos do Sistema de Segurança Pública, emergencialmente para Polícia Civil;

- Humanizar os espaços prisionais e garantir a reinserção social dos internos, e assistência aos familiares dos egressos durante o cumprimento de pena no âmbito do Sistema Penitenciário.

- Na Segurança Pública, o clima de insegurança afeta a todos os setores e regiões. Pará no período 2002-2012 apresentou um crescimento de 175% na taxa de homicídios.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL EM 2014-2015

O estado do Pará possuiu seis mesorregiões, 22 microrregiões e 144 municípios. Atualmente é governado pelo senhor Simão Jatene (PSDB), vice-governador Helenilson Pontes (PPS). Possui 17 deputados federais, 41 deputados estaduais, 3 senadores: Jader Barbalho (PMDB), Flexa Ribeiro (PSDB) e Paulo Rocha (PT).

A QUESTÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou em 2011, dois Decretos Legislativos (nº 136/2011 e nº 137/2011) que autorizavam a realização de um

plebiscito que iria decidir pela criação dos estados de Carajás e Tapajós, que seria uma divisão do estado do Pará. Os decretos ao todo, destinaram recursos de R\$ 10,4 milhões para a realização, sendo promulgado pelo Presidente do Congresso Nacional, José Sarney (PMDB-AP). Depois de promulgado, o plebiscito foi realizado em dezembro de 2011. No resultado final 66,6% dos eleitores rejeitaram a criação dos estados de Carajás e do Tapajós, enquanto 33,4% se disseram favoráveis. Houve 1,05% de votos nulos e 0,41% em branco, em um total de 3,6 milhões de votos válidos. Cerca de 4.848.495 eleitores estavam aptos a votar, mas houve 1.246.646 abstenções, o equivalente a 25,71% do total. Os eleitores compareceram a 14.249 seções espalhadas em todo o estado.

Estudos apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostraram que, em caso de separação do Pará em três estados, no plebiscito realizado no dia 11 de dezembro de 2011, todos ficariam deficitários. O Pará registra atualmente um *superavit* anual de aproximadamente R\$ 300 milhões. Subtraindo as despesas da receita orçamentária do estado, Carajás terá *deficit* de pelo menos R\$ 1 bilhão anual, Tapajós, de R\$ 864 milhões, e o Pará remanescente, de R\$ 850 milhões. Totalizando aproximadamente um saldo negativo anual de R\$ 2.714 bilhões à União.

O atual território correspondente ao estado do Pará é um dos maiores responsáveis pela pauta exportadora nacional, costumando ficar entre quinto ou sexto maior exportador nos últimos anos — aproximadamente 87% de suas exportações são de minérios diversos, destinados, sobretudo à China. Contudo, a legislação brasileira, através da Lei Kandir³, isenta de ICMS as empresas exportadoras, justamente as principais responsáveis por maior parte da geração de riquezas no estado paraense. As reservas minerais em exploração estão localizadas quase todas na região do Sudeste paraense, pretendo estado de Carajás. Se expressa assim que os grandes projetos minero-energéticos pouco colaboram de maneira direta para a arrecadação das esferas públicas no Pará. Neste cenário de grandes perdas tributárias para a esfera estadual, percebe-se a fragilidade de um modelo assentado nas exportações, no sentido de viabilizar recursos para a administração satisfatória de um estado, independentemente de seu tamanho ou demografia.

O plebiscito refletiu a vontade da maioria da população do Pará, no entanto, identificou claramente o desejo das regiões interessadas em dividir o estado e mais de 90% dos eleitores das regiões de Carajás e Tapajós votaram pelo “sim”, ou seja, a divisão territorial.

3. Lei complementar no 87/1996, conhecida como Lei Kandir, que promoveu significativas mudanças no imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre as quais a desoneração deste tributo de competência estadual, sobre a exportação de produtos primários e semi elaborados.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

Para garantir a integração regional, o governo do estado do Pará a partir de 2007, sob a liderança da governadora Ana Júlia Carepa, do PT, implementou uma política com vistas a avançar no diálogo federativo com os municípios, alimentando as relações tipo repasse fundo a fundo em áreas chaves, saúde, por exemplo. Além de promover o estabelecimento de planejamentos municipais integrados e a construção de planos de desenvolvimento para as microrregiões que envolveu as capacidades municipais.

O exemplo das Regiões Integradas (RI) do arquipélago do Marajó, que engloba uma região composta por ecossistemas ricos em biodiversidade, e um patrimônio cultural material e imaterial únicos na região amazônica. No entanto, a herança do processo histórico de ocupação e exploração do território se traduz, ainda hoje, em uma realidade de exclusão social expresso em indicadores precários de desenvolvimento econômico e social. Reverter esse quadro foi um dos desafios do então governo acima referenciado. A governadora priorizou ações combinadas entre as esferas federal e estadual e pactuadas com a sociedade local. Para tanto, identificou as potencialidades e fragilidades socioeconômicas e ambientais do território através da realização do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), e promoveu a regularização fundiária nos municípios que compõem o arquipélago.

Na RI - Oeste do Pará, a partir de 2007, o governo concentrou-se em reforçar a energia, exploração mineral, cimento, calcário, escoamento dos grãos do centro oeste, pavimentação de rodovias, rebaixamento do linhão⁴ na margem esquerda, além do incentivo ao cacau e piscicultura, dentre outros. O que resultou na primeira fábrica de chocolates paraense da história.

Já a RI – Sul e Sudeste do Pará, houve tentativa de dinamização do polo de produção de grãos, o incentivo a hidrovias, além do incentivo a piscicultura e aquicultura, com as reformas de unidades de produção de alevinos, pela Secretária Estadual de Pesca e Aquicultura⁵, criada no governo de Ana Julia Carepa, e extinta pelo atual governo.

A RI - do Nordeste do Pará, constitui-se em um polo de grãos, e tem a possibilidade da construção do Porto Atlântico do Espadarte no município de Curuçá, além da produção de açaí e mandioca; palma de dendê e piscicultura tem a ferrovia Açailândia – Barcarena. Este projeto, no início, foi incentivado a partir de 2007, mas em si não constitui uma prioridade no governo do PMDB.

É importante informar que o Porto Atlântico do Espadarte ficará localizado na ilha dos Guarás, município de Curuçá, distante 140 km de Belém,

4. Linha de transmissão de energia.

5. Criada em 2007 com o governo de Ana Julia, e extinta pelo governo de Simão Jatene, do PSDB, em 2014.

por rodovia asfaltada, a construção desse porto apresenta as seguintes vantagens principais:

a) facilidade de acesso multimodal - com pleno acesso ao Terminal de Vila do Conde, via Alça Viária e rodovias PA-151/481/483, e aos portos de Belém e da Sotave, pela PA-136 e BR-316. Além disso, é possível, também, o seu acesso através das hidrovias Araguaia-Tocantins, Capim, Teles Pires – Tapajós, Marajó, Xingu e Amazonas. Sua localização estratégica, perto da linha do Equador, o coloca mais perto do hemisfério norte do que qualquer outro porto do país, favorecendo o comércio internacional;

b) grandes profundidades - apresenta 25m de profundidade, característica que o coloca entre os cinco maiores portos do mundo, sendo apropriado para operação de navios de grande dimensão e calado;

c) facilidade de manobra - oferece requisitos inigualáveis para manobras de grandes navios, como canal de 1.300m de largura, 2.300m de largura do berço e 2.300m de comprimento de píer;

d) abrigo para os navios a que se destina – o Banco do Espadarte funciona como proteção natural, tornando o porto bom para o abrigo e de alta segurança;

e) instalações de acostamento e área de estocagem adequada à carga destinada.

SEGUNDO EIXO: OS DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

ECONOMIA DO ESTADO

ESTRUTURA CONCENTRADORA E DESIGUAL

No sudeste do estado em direção a Itaqui, no Maranhão, os portos estão carregados de minério de ferro. Somente esse sistema de exploração (de Minas de Carajás) representava 47% da economia industrial e 16 % do total do PIB do Pará, somando cerca de “R\$ 13 bilhões” no ano de 2010. Portanto, não é um exagero dizer que “uma locomotiva move a economia paraense”. Assim, juntamente com outros grandes projetos de investimento privados e estatais (Mineração Rio do Norte - Oriximiná, Albras, Tucuruí etc.) em sua maioria, minerais, parece traçar o destino econômico do estado, de forma desarticulada e pouco distributiva, o que pode ser observado na Tabela 3, na página 34.

Em 2011, cerca de 33% do valor adicionado gerado no estado adveio destes tipos de empreendimentos. Não se nega aqui, em momento algum a importância desses projetos e sim, a maneira como se colocam na região (tipo enclaves), pois causam perturbações de toda ordem nos seus arredores, tais como problemas ambientais, concentração de renda, crescimento populacional sem infraestrutura adequada, poucos efeitos de interligação com as economias locais, ou seja, a reprodução do antigo modelo. Não devemos abrir mão dos benefícios gerados por estes empreendimentos que “são geradores de emprego em larga escala, divisas e tributos que retornam à sociedade”, além de serem laços legítimos com demandas externas com as quais temos que dialogar. O que se estabelece como problema a superar é o modelo que

Tabela 3**Estrutura do valor adicionado do estado do Pará
2010 e 2011**

Atividades	Valor adicionado (R\$ milhões)		Participação %		Variação nominal %	Cresc. real %
	2010	2011	2010	2011	2011/10	2011/10
Agropecuária	4.676	4.895	6,58	4.676	4,68	2,74
Indústria	29.408	34.343	41,39	29.408	16,78	6,12
Indústria extrativa mineral	16.680	21.883	23,48	16.680	31,19	8,06
Indústria de transformação	5.003	4.305	7,04	5.003	(13,95)	(4,90)
Construção civil	5.038	5.048	7,09	5.038	0,20	10,69
Produção e distr. eletricidade e água	2.688	3.1 07	3,78	2.688	15,59	6,06
Serviços	36.959	41.584	52,02	36.959	12,51	4,72
Comércio	7.1 53	7.643	10,07	7.1 53	6,85	7,26
Transportes	2.550	3.124	3,59	2.550	22,51	11,27
Serviços de informação	1.008	1.420	1,42	1.008	40,87	2,50
Intermediação financeira	1.912	2.171	2,69	1.912	13,55	5,04
Atividades imobiliárias e aluguel	6.017	6.489	8,47	6.017	7,84	2,11
Administração pública	12. 526	13.857	17,63	12. 526	10,63	2,31
Outros serviços ¹	5.791	6.880	8,15	5.791	18,81	6,87
Total	71.043	80.822	100,00	71.043	13,76	5,18

Fonte: IDESP 2010. Adaptado pelos autores, 2015.

os ambientalistas, perdendo possibilidades econômicas profícuas quando não absorve toda a quantidade de negócios locais e, até comunitários tradicionais, no mesmo modelo. Fazendo com que, em última instância, a riqueza não seja convertida em melhor qualidade de vida local.

Do ponto de vista de emprego, sabe-se que esses tipos de grandes empreendimentos possuem um ciclo de implantação e operação. Na primeira fase, não se pode negar que os mesmos são grandes demandantes de mão de obra, somente para exemplificar, a construção da Usina de Belo Monte, no ápice de sua construção (2014), terá em seus canteiros até 40 mil homens trabalhando, a partir desse momento o número de contratações declinará e as dispensas aumentarão, encerrando essa etapa por volta de 2018.

Outra característica indissociável dessa fase é o perfil dessa mão de obra, em sua maioria de baixa qualificação e remuneração. Somente com a entrada em operação do empreendimento que não absorve um nível de funcionários mais qualificados, com o agravante de a maioria não serem paraenses e, no caso dos mais qualificados, ainda terem um contingente minúsculo.

Segundo os dados da RAIS (2010) dos 951 mil postos de trabalho formais no estado naquele ano apenas 5,5% (49 mil) tinham vínculo direto com as atividades extrativa mineral e a indústria de transformação ligada à atividade mineral. Sob a ótica da arrecadação torna-se possível auferir que a atual legislação favorece o modelo de concentração que vigora hoje no estado. Primeiramente em relação a isenção do ICMS das exportações de produtos minerais semielaborados, promovidos pela “Lei Kandir”, criada sob o propósito de aumentar as divisas do país.

Sales (2010), caracterizou a distorção em um laureado trabalho, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Nele o autor demonstra que o critério de distribuição do ICMS no estado privilegia um pequeno grupo de municípios, justamente aqueles onde estão localizados os empreendimentos minerais, sendo que os municípios com menores dinâmicas econômicas tendem a receber uma parcela cada vez menor da sua cota.

Como tal, Sales (2010), chega à conclusão de que há uma diferença entre a arrecadação de ICMS realizada em cada município e seu montante de Valor Adicionado Fiscal (VAF). No caso do Pará, essa diferença é muito elevada em decorrência de três elementos fundamentais: (i) peculiaridade da economia paraense, que é fortemente caracterizada pela exportação de produtos primários desonerados de tributação, e estes compõem a base de cálculo para distribuição da cota-parte do ICMS; (ii) impacto da Lei Kandir na estrutura fiscal dos municípios e do estado do Pará; e (iii) concessão de incentivos fiscais.

Tais elementos ampliam segundo o autor, cada vez mais a diferença entre a arrecadação do ICMS do estado e o seu VAF. Sales (op. cit), continua explicando que seguindo uma série histórica dos repasses da cota-parte do ICMS ao conjunto dos municípios paraenses no período de 1997 a 2007, aliada a evolução do PIB, verificou-se o crescimento de 21% no valor das cotas de ICMS, enquanto o PIB neste mesmo período, cresceu 29,72%, significando a diferença de 8,72% no período analisado.

Outra conclusão mencionada por Sales (2010), é o fato do aumento das exportações de produtos semielaborados terem provocado uma elevação do *free tax gap* e este induz ao aumento do VAF desonerado, que, por sua vez, produz um forte impacto no aumento das distorções da distribuição das parcelas de ICMS aos municípios do Pará em razão dos seguintes aspectos: (i) como o VAF desonerado compõe a base de cálculo da repartição fiscal, à medida que ele aumenta aumentam também os repasses de ICMS aos municípios que mais participam dessa produção desonerada, especialmente os mineradores e os produtores de outros artigos desonerados. Esses municípios beneficiam-se cada vez mais de parcelas de ICMS arrecadadas em outros mu-

nicípios; (ii) todos os outros municípios não mineradores, ou não produtores de VAFs desonerados, acabam de alguma forma perdendo repasses de ICMS.

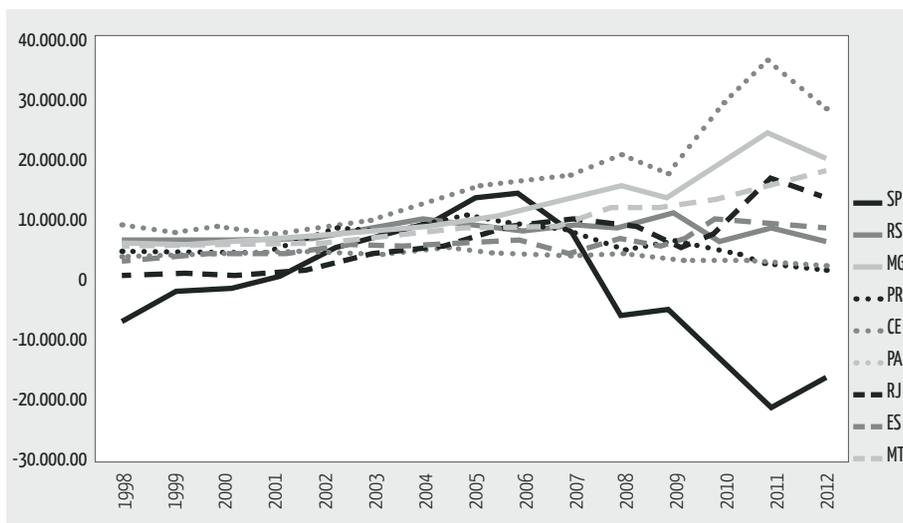
Os chamados projetos “estruturantes”, supostamente, trazem ao nosso território a modernidade, por meio da implementação de uma rede de infraestrutura e logística – exemplos históricos já serviriam para desmontar que esse tipo de argumento não tem sustentabilidade política e social. A energia produzida a partir da construção da hidrelétrica de Tucuruí, por mais de vinte anos alimentou os fornos da Albras/Alunorte em Barcarena, tendo ao redor um número superior a 40 municípios sem energia firme, convivendo com o racionamento e tendo muitas localidades às escuras, iluminadas com lâmparas bem embaixo do linhão.

Fato que tem caminhado para superação com programas como o Luz para Todos e a própria disposição dos novos dirigentes desses projetos.

Lembramos, mais uma vez, que ainda se verifica que a rede de logística, em geral, é totalmente voltada ao interesse dos grandes capitais, criando suas próprias rotas (corredores de exportações), sem preocupar-se com os impactos no território, assim funcionam os terminais graneleiros na região do Baixo-Amazonas, e nessa mesma lógica o complexo ferroviário de Carajás, que atende tão somente a demanda da empresa que a opera, sem dialogar com demandas locais.

Gráfico 3

Saldo líquido da Balança Comercial dos maiores estados exportadores 1998-2012



Fonte: MDIC (finanças públicas, endividamento, investimentos)-2014. Elaboração dos autores, 2015.

Por último, o discurso da geração de divisas parece ser arrebatador, no entanto é preciso qualificar esse argumento – essa geração de divisas é boa para quem? - O Pará desponta no cenário nacional, entre os maiores estados exportadores, como o segundo lugar em geração líquida de divisas (US\$ 13,4 bilhões), ficando somente atrás de Minas Gerais que junto com Mato Grosso formam os três estados de maior contribuição na diferença positiva na Balança Comercial Brasileira. Somente em termos comparativos, o esforço comercial paraense é quase totalmente anulado pelo saldo negativo na balança, obtido por São Paulo, de US\$ 17, 2 bilhões.

ESTRUTURA PRODUTIVA NO PARÁ

O PIB paraense é o 13º do país, cresce acima da média nacional e dobrou nos últimos oito anos, conforme descrito na Tabela 4.

Tabela 4

Investimentos previstos
20012-2016

Região	Bilhões de R\$	Destaque
Carajás (Polo Marabá)	68,3	Exploração mineral
Tapajós (Polo Santarém)	31,8	Projetos hídricos
Metropolitana de Belém	29,5	Portos e Indústrias
Total	129,6	

Fonte: FIEPA 2013. Elaboração dos autores, 2015.

Os investimentos previstos até 2016, quase R\$ 130 bilhões, devem gerar 160 mil empregos formais. De 2010 a 2013, foram gerados 400 mil novos empregos no Pará, segundo Dieese. Rotatividade média de 50% da mão de obra, em um ano de atividade. Uma causa suposta é a baixa qualidade da mão de obra (Tabela 5, página 38).

A Alunorte, instalada em Barcarena, fabrica 6 milhões de toneladas de alumina, exporta 5 milhões e fornece um milhão para a Albras, que produz 480 mil toneladas/ano de alumínio primário. Parte deste é adquirido pela argentina Alubar, que produz cabos para distribuição de energia elétrica e vergalhões. A francesa Imerys, também em Barcarena, beneficia caulim para gerar mais de 2 milhões de toneladas/ano em produtos. A americana ADM, gigante esmagadora de soja, também está se instalando em Barcarena. Ainda em Barcarena, a norueguesa Yara, mega empresa do ramo de fertilizantes, deverá se instalar no recém-construído Terminal Portuário Fronteira Norte (Terfron) em parceria com a centenária Bunge, de origem holandesa, que lá investiu US\$ 350 milhões.

Tabela 5

Ranking das empresas por receita e patrimônio no Pará

Empresa	Setor	Receita Líquida*	Patrimônio Líquido*
Hydro Alunorte	Química e Petroquímica	2.748,5	4.540,3
Celpa	Energia elétrica	2.350,0	116,4
Banco da Amazônia	Banco	1.842,2	2.030,2
Albras	Metalurgia, Siderurgia	1.710,3	2.199,1
Yamada	Comércio varejista	559,7	78,1
Líder	Comércio varejista	218,3	74,7
Jari	Papel e Celulose	1.127,1	1.071,0
Big Ben	Comércio varejista	012,6	56,1
Rio do Norte	Mineração	917,1	651,9
Banpará	Banco	730,9	419,8

Fonte: FIEPA 2013. Elaboração dos autores, 2015.

DEMANDAS CORPORATIVAS – FOCO MINERAL

Interlocutores do atual governo, liderados pelo PSDB, concordam que o problema central do modelo de desenvolvimento econômico do estado é a necessidade da diversificação produtiva com verticalização, e a distribuição de renda com diminuição das desigualdades, mas não apresentam qualquer estratégia que indique coerência entre profilaxia e diagnóstico.

Sustentabilidade não é uma referência absoluta que dispensa descritivos. É preciso circunstanciar o que se pretende que seja sustentável, e como. Se o foco for o reforço do papel exportador do estado e, para o capital local, o papel complementar na condição de fornecedor dos grandes projetos. Isto significa focar como eixo absoluto a produção mineiro-metalúrgica que materializa aqui, o papel subordinado desta economia em relação ao resto do mundo. Tal como também acontece com a pecuária e os grãos.

Se a Aços Laminados do Pará (ALPA) Vale for implantado em Marabá, serão produzidos 2,5 milhões de toneladas de aço por ano, 75% para exportação, e significará o primeiro grande salto rumo à verticalização produtiva no setor mineiro-metalúrgico. A Usipar prevê produzir o dobro em Barcarena, próximo da RMB (Região Metropolitana de Belém).

O Brasil perde produção de aço, hoje produz apenas em torno de 40 milhões de toneladas por ano. Uma das causas supostas é que os contratos de exportação de minério de ferro impõem a não produção de aço para que o fornecedor (Brasil) não seja concorrente do próprio cliente.

Outra atribuição de obstáculo à ALPA é a plenitude da Hidrovia do Tocantins que depende da derrocagem de mais de 40 km do Pedral do Lou-

renço, anunciado pelo governo federal em 2014. Acontece que os dados demonstram que há outras possibilidades, que também podem ser desenvolvidas em paralelo, aí sim ampliando o caráter sustentável do modelo como já indica o sentimento da necessidade de desenvolver uma matriz econômica diversificada.

O primeiro parâmetro a considerar é que já há demanda para atividades econômicas voltadas para o mercado interno. Mas, para isso é preciso desenvolver duas questões: a primeira existencial, filosófica, o que queremos ser, a partir do que somos.

A segunda de ordem político estratégica, temos maturidade, capacidade e competência para entabular pactos que desenvolvam um modelo de desenvolvimento que nos faça protagonistas, o que exige um tempo que vai além do tempo de governos. Ou ainda, temos condições políticas e técnicas de pensar com nossas próprias cabeças e projetar o que queremos ser, com responsabilidade e acima de questões menores para a sociedade paraense?

SÍNTESE DE DADOS ECONÔMICOS

INDICADORES MACROECONÔMICOS

Tabela 6

Evolução recente do PIB paraense em bilhões de reais

Ano	R\$	% PIB BR
2007	44,4	1,86
2008	58,5	1,93
2009	58,4	1,80
2010	77,8	2,06

Fonte: FIEPA, 2013. Elaboração dos autores, 2015.

Em relação ao PIB *per capita*, dados relativos a 2011, mostra que o Pará aparece na 20ª posição entre os Estados da Federação. De acordo com o IBGE, na classificação das unidades federativas do Brasil por renda média *per capita* em 2010, o Pará encontra-se na 24ª posição entre os estados brasileiros, à frente apenas de Alagoas, Piauí e Maranhão. O Pará ocupa na pesquisa do PNUD/2010, o 25º lugar no *ranking* nacional do IDH, perdendo dez colocações em relação à pesquisa anterior de 2000, ou seja, atualmente somos o 3º pior estado no país. E quando se olha para as cidades, a paraense Melgaço, está em último lugar no *ranking* entre as 5.565 cidades pesquisadas.

Tabela 7**Balança Comercial (em bilhões de dólares)**

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2010	12,8	1,1	11,7
2011	18,3	1,3	17,0
2012	14,8	1,4	13,4
2013	15,3	1,2	14,1

Fonte: FAPESP, 2014. Elaboração dos autores, 2015.

Tabela 8**Estrutura produtiva**

Setor	% sobre o PIB
Comércio e serviço	52%
Indústria	41,4%
Agropecuária	6,6%

Fonte: Dados: IBGE, DataSus, Idesp, DIEESE, Valor, 2010. Elaboração dos autores, 2015.

ORÇAMENTO PÚBLICO ESTADUAL 2014

Em 2014 o PIB do estado do Pará foi de R\$ 88.093.222.230,00, com uma previsão de receita de R\$ 19.412.591.008,00, a previsão de receita tributária foi de R\$ 10.385.967.021,00. Já a projeção de despesas com pessoal e encargos sociais girou em torno de R\$ 9.342.423.958,00, ou seja, 48% do orçamento do estado, sendo que destes gastou-se com servidores ativos R\$ 5.863.898.900,00 e com inativos, R\$ 3.478.525.058,00.

Tabela 9**Servidores ativos e temporários do Pará**

1994-2004

Ano	Servidores ativos	Servidores temporários	Percentual
1994	115.609	33.527	29,0
2003	108.370	22.635	20,9
2004	84.542	25.217	29,82

Fonte: Sepof/PA, 2010. Adaptado pelos autores, 2015.

De 1994 a 2004 o percentual de recursos gastos com a folha de pagamento com servidores ativos e temporários no Pará representou 29% do percentual de recursos do estado, em 2003 caiu para 20% e também diminuiu o número de servidores temporários, é interessante observar que em 2004, o

ano de maior percentual gasto com pagamento de servidores ativos (29,82%, quase 30%), caiu o número de servidores ativos e aumenta comparado ao número de servidores em 2003.

Tabela 10**Projeção de investimentos do governo em 2014**

Setor	Percentual
Servidores ativos e temporários	48,0%
Investimentos	9,61%
Amortização da dívida	3,04%
Repasses ao Legislativo	3,04%
Repasses ao Judiciário	4,46%
Educação	12,87%
Assistência Social	0,27%
Saúde	10,0%
Segurança Pública	7,41%
Programa Caminhos para o Desenvolvimento	0,025%
Comunicação	0,25%

Fonte: SEPOF, 2014, Elaboração dos autores, 2015.

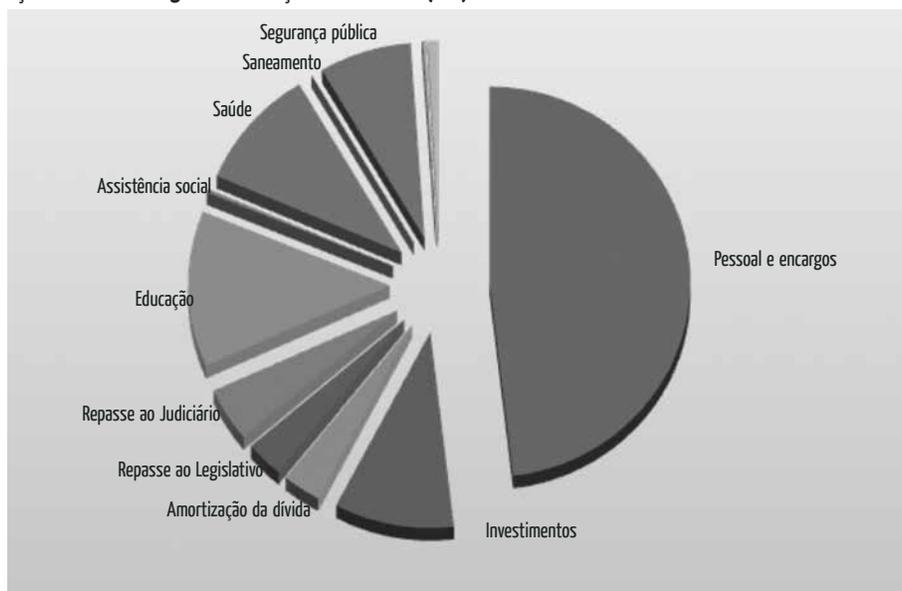
No ano de 2014, segundo a Secretaria de planejamento, orçamento e finanças (Sepof), os recursos usados com pagamento de pessoal foi de mais de R\$ 8 milhões. Houve uma projeção de investimentos do governo de R\$ 1.866.535.652,00, ou seja, 9,61% do total de recursos do estado. A projeção da amortização da dívida girou em torno de R\$ 590.115.605,00, o que representou 3,04% do orçamento. Foram projetados repasses ao Legislativo no montante de R\$ 589.445.714,00, o equivalente a 3,04% e ao judiciário: R\$ 865.348.689,00, ou 4,46% do montante de recursos.

Já a projeção de gastos com educação no mesmo ano foi de R\$ 2.499.350.917,00, o que significaria 12,87% do montante de recursos. A projeção de gastos com assistência social foi de R\$ 53.265.512,00, ou 0,27%, em saúde foram de R\$ 1.951.809.441,00, 10% e em saneamento foram projetados R\$ 556.000,00, ou 0,0028%. A projeção de gastos com segurança pública: R\$ 1.438.497.385,00, ou 7,41%. (Gráfico 4, página 42)

ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO PARÁ

O estado do Pará há várias décadas enfrenta um processo de endividamento, a Tabela 11, na página 43, demonstra a situação de endividamento do estado em 2014. Neste mesmo ano a Assembleia Legislativa do Pará aprovou

um endividamento de R\$ 2 milhões. É importante mencionar que a tabela não inclui informações para a dívida externa, mobiliária e junto ao INSS, FGTS ou outras instituições não financeiras, que não o Tesouro Nacional.

Gráfico 4**Orçamento do Pará segundo a Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2014**

Fonte: LOA, 2014. Elaboração dos autores

Em 2014, dos R\$ 19,4 bilhões previstos para serem arrecadados, R\$ 15,8 bilhões serão gastos para manutenção da máquina estatal, sobrando apenas 10% para investimentos e 8% divididos em inversões e reserva de contingência. Embora o Pará esteja gastando 82% de tudo que arrecada para bancar sua própria máquina, não temos um bom serviço público para a população. Servidores de carreira protestam por melhoria e há sinais de sucateamento de secretarias. Neste mesmo ano, após reforma administrativa o governo do Pará passou a possuir 79 órgãos públicos. Sendo 40 órgãos da administração direta, 18 autarquias, 10 fundações, 3 empresas públicas e 8 sociedades de economia mista. Só na Casa Civil do estado são mais de 500 assessores especiais.

A Secretaria de Agricultura (Sagri), além de sua estrutura coordena a Emater, a Ceasa, a Adepará, o Iterpa e o programa Pará Rural, e em 2014 com a extinção da SEPAQ, passou a coordenar a política da Pesca e Aquicultura no estado, todas as instituições possuem plena autonomia financeira. A unifica-

Tabela 1.1

Dívida contratual interna junto ao Tesouro Nacional e ao Sistema Financeiro Nacional Saldo Devedor

Devedor	Credor			Total
	Tesouro Nacional financeiras públicas	Instituições financeiras privadas	Instituições	
a) Administração direta	1.070.321.808,08	1.544.794.741,09	0,00	2.615.116.549,17
b) Administração indireta	72.873.760,66	40.877.073,76	0,00	113.750.834,42
Autarquias	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundações	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas	0,00	40.877.073,76	0,00	40.877.073,76
Sociedades econ. mista	72.873.760,66	0,00	0,00	72.873.760,66
Total (a) + (b)	1.143.195.568,74	1.585.671.814,85	0,00	2.728.867.383,59

Fonte: Instituições financeiras cadastradas no Cadip - Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

ção da política agrícola e agrária do estado tem sido precária. Além disso, há ainda a estrutura de super secretarias setoriais, como a Secretaria de Produção, que além de incidir sobre a mesma matéria, ainda tenta fazer a relação com outros setores produtivos correlatos como o mineral etc.

COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS - POTÊNCIA OCULTA

Contribuindo com 52% do PIB estadual, curiosamente, o comércio varejista e os serviços não ocupam, na proporção que merece, a agenda política dos debates sobre o desenvolvimento do Pará.

Os três principais grupos, Yamada - de imigrantes japoneses; Formosa - de imigrantes portugueses; e Líder - de empreendedores vindos do interior do estado, representam a força de um capital local com consciência de que têm mais a cooperar do que a competir. Têm se articulado com sucesso e conseguem limitar as investidas de grandes grupos internacionais como o Carrefour, ou nacionais como as Casas Bahia, que precisaram de artifícios criativos para entrar em Belém e permanecem sob cerco. Deste setor, apenas as drogarias Big-Ben destoaram e se associaram ao grande grupo nacional.

Apenas Belém, até 2015, contará com pelo menos 10 *shoppings centers*. O que, somados aos *shoppings* de Marabá, Paragominas, Santarém dentre outros e as incontáveis e viçosas aglomerações comerciais que se espalham e se multiplicam por todo o estado, revela a força crescente do consumo local, projetada em crescimento de 10% a 20% por ano, capaz de gerar uma força em si para o desenvolvimento, se merecer atenção e políticas adequadas, além de indicar o que estrategicamente interessaria atrair/investir industrialmente.

MATURIDADE E GLOBALIZAÇÃO EMPRESARIAL - RANKING ESTADUAL

Em 2012, as 35 maiores empresas do Pará registraram receita líquida de R\$ 21,7 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 18,7 bilhões. A líder é a Hidro Alunorte, do setor químico/petroquímico e a segunda é a Celpa, do setor elétrico. Chama atenção o fato de o setor mineiro-metalúrgico registrar uma receita somada de R\$ 4,77 bilhões quase o mesmo obtido pelo setor do comércio varejista (Yamada, Líder e Formosa), que foi de R\$ 4,35 bilhões.

O TRABALHO

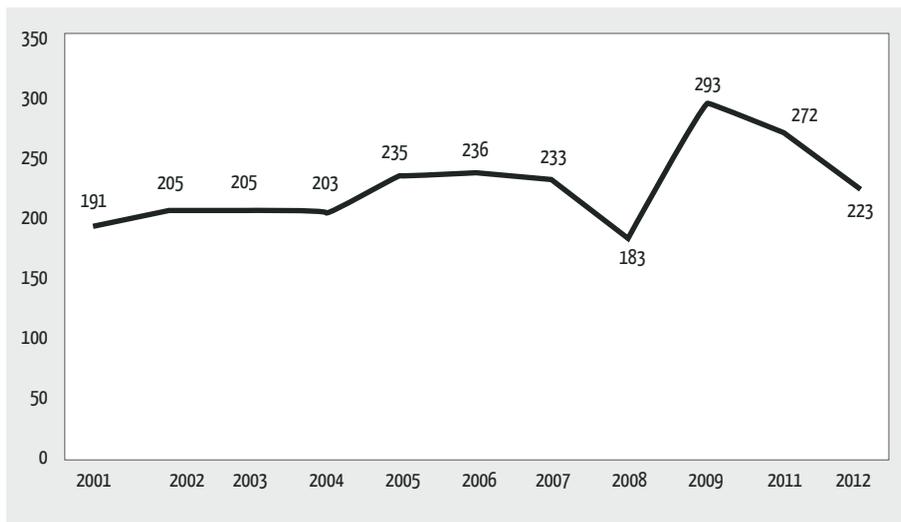
O trabalho humano é o único dos fatores de produção que gera riqueza e valor (Adam Smith). Portanto, o mercado de trabalho é um dos principais indicadores conjunturais do bem-estar socioeconômico de uma população. Isso porque na medida em que as pessoas em idade ativa que desejam trabalhar conseguem trabalhar, seja no formato emprego ou por conta própria ou como empreendedor, elas ganham novas perspectivas de vida no que se refere ao acesso de bens e serviços, inclusive aos serviços públicos, como educação, saúde, segurança própria e familiares, além de poder conquistar importantes condições subjetivas como: reconhecimento social, autoconfiança e realização pessoal - sustentação da motivação humana e da felicidade.

Ao se verificar a estrutura do mercado de trabalho, é relevante examinar como ele se compõe tanto no âmbito formal quanto informal. Convém esclarecer que trabalhadores formais referem-se aos funcionários estatutários e celetistas, no mercado de trabalho informal estão os trabalhadores que não estão amparados pelos benefícios como: carteira assinada, seguridade social, férias e todos os demais direitos trabalhistas, nem se tornam destinatários de políticas econômicas como financiamentos, assistência técnica, capacitação produtiva e outras atividades.

A PROCURA DE EMPREGO NO PARÁ

A busca por trabalho é um dos indicadores de preocupação no estudo do mercado de trabalho, pois significa que as pessoas em idade ativa querem trabalhar, mas não conseguem emprego. O Gráfico 5, página 45, apresenta a quantidade de pessoas de dez anos ou mais de idade que procuraram trabalho na semana da pesquisa (em mil pessoas) na economia paraense no ano de 2012.

O Gráfico permite verificar que entre 2001 e 2008, a quantidade de pessoas que procuravam emprego no Pará era inferior a 250 mil pessoas, no ano de 2009 esse número aumentou significativamente, muito provavelmente em função da crise mundial instaurada ao fim do ano anterior. Todavia, o volume de pessoas que procuraram emprego nos períodos anteriores veio caindo nos dois períodos seguintes.

Gráfico 5**Pessoas de dez anos ou mais de idade que procuraram trabalho na semana de referência (mil pessoas)**

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2012. Elaboração dos autores, 2015.

PESSOAS EMPREGADAS NO PARÁ

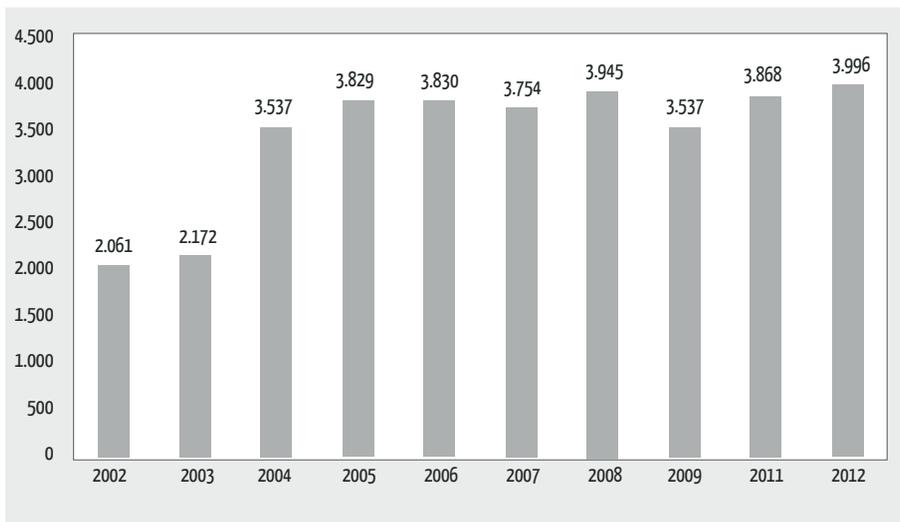
A quantidade de pessoas empregadas na economia do Pará pode ser observada no Gráfico 6, na página 46, o qual apresenta uma série que corresponde ao período de 2002 a 2012. Verifica-se que após o ano de 2003 que o volume de trabalhadores nunca foi inferior a 3,5 milhões de pessoas ocupadas, sendo que em 2012 essa quantidade foi a maior já registrada.

○ EMPREGO FORMAL

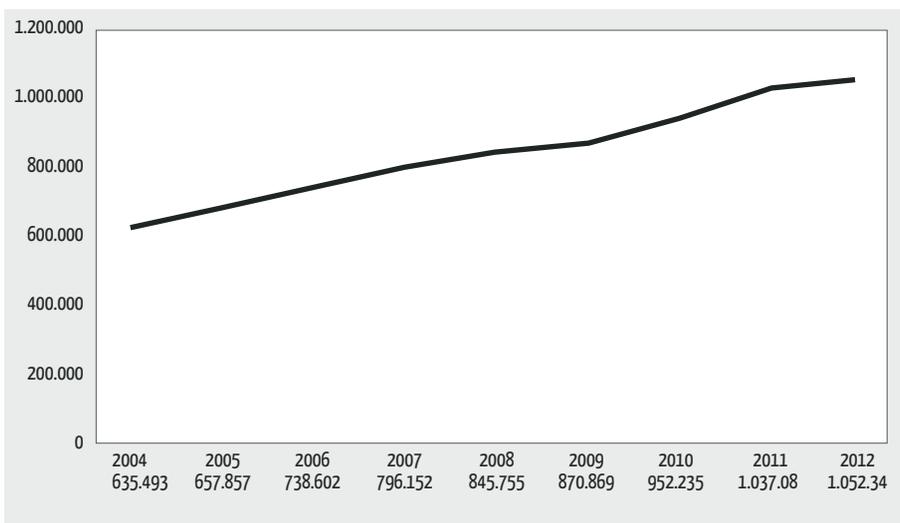
O Gráfico 7, na página 46, demonstra o comportamento do estoque de emprego formal no estado do Pará entre os anos de 2004 e 2012. Observa-se que o emprego na economia paraense possui o comportamento crescente ao longo do período destacado.

Na Tabela 12, na página 47, apresentaremos o estoque do emprego por setor de atividade no Pará. Observa-se que o setor que mais deteve trabalhadores formais em 2012 foi a administração pública com 332.608 postos de trabalho, seguido pelo setor de serviços 259.854 e o comércio 203.879.

Na Tabela 13 será exposto o comportamento do emprego no estado do Pará em 2004 e 2012, mais a variação entre os dois períodos. Ao se comparar o período de 2004 e 2012 verifica-se crescimento de 635.493 para 1.052.344 no total de postos de trabalho, esse crescimento corresponde a variação de

Gráfico 6**Pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (mil pessoas)**

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Elaboração dos autores, 2015.

Gráfico 7**Estoque de emprego no Pará - 2004-2012**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ RAIS. Elaboração dos autores, 2015.

Tabela 12

Tabela 8: Estoque de emprego por setor de atividade econômica no Pará (2004-2012)

Ano	Extrativa mineral	Indústria de transformação	SIUP	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Total
2004	4.432	88.003	5.957	29.774	110.140	147.292	222.790	27.105	635.493
2005	5.494	89.052	4.850	30.756	119.453	149.521	248.117	28.614	675.857
2006	7.861	92.502	6.713	33.929	129.603	165.435	266.986	35.573	738.602
2007	9.221	92.893	7.302	44.629	143.428	174.896	285.379	38.404	796.152
2008	10.385	89.416	7.667	50.956	151.550	186.890	309.878	39.013	845.755
2009	11.134	86.863	9.051	51.395	158.854	189.517	325.302	38.753	870.869
2010	14.225	93.451	7.631	60.633	177.125	215.579	342.615	39.976	951.235
2011	15.483	90.632	7.016	75.063	188.833	240.510	372.030	47.522	1.037.089
2012	19.387	89.249	7.458	88.929	203.879	259.854	332.608	50.980	1.052.344

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/RAIS. Elaboração dos autores, 2015.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/RAIS. Elaboração dos autores, 2015.

Tabela 13

Comportamento do emprego no Pará - 2004 -2012

Setor	2004	2012	Varição (%)
Extrativa mineral	4.432	19.387	337,43
Indústria transformação	88.003	89.249	1,42
Serv. Ind. Util. Pública	5.957	7.458	25,20
Construção civil	29.774	88.929	198,68
Comércio	110.140	203.879	85,11
Serviços	147.292	259.854	76,42
Administração pública	222.790	332.608	49,29
Agropecuária	27.105	50.980	88,08
Total	635.493	1.052.344	65,59

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ RAIS. Elaboração dos autores, 2015.

65,59%. No período destacado, o setor com maior crescimento foi o extrativo mineral com variação de 337,43%, seguido pela construção civil 198,68% e a agropecuária 88,08%.

TRABALHO, EMPREGO E RENDA: PROPOSTAS

Para que possamos ampliar o trabalho, emprego e renda necessitamos da retomada do Programa Bolsa Trabalho implementado no governo do PT entre 2007 a 2010, para complementar custos e garantir o acesso dos jovens aos cursos de qualificação e ao mercado de trabalho. Criar o Programa de Qualificação do

Trabalhador Paraense, principalmente para dirigir e potencializar as possibilidades de qualificação profissional, como exemplo mais significativo o Pronatec.

O governo estadual deverá obter colaboração do governo federal para aprimoramento dos programas de transferência de renda. Expandir e facilitar o acesso ao crédito popular, apoiar a economia solidária com o reforço ao papel do Banpará no estímulo às incubadoras de cooperativas e a produção associativista. Em parceria com os bancos federais aumentar a aplicação de recursos no microcrédito aos pequenos empreendimentos e microempresas. Avançar no reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade. Organizar um Sistema Estadual de Economia Solidária, entre as três esferas de governo e junto com a sociedade civil. Criar o Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária. Garantir assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários. Estruturar o Conselho Estadual de Artesanato e criar o selo de procedência do artesanato paraense.

Durante os governos Lula e Dilma (2003 até dezembro de 2013), foram criados 535.709 empregos com carteira assinada no Pará. Só no governo Dilma foram gerados 130.725 empregos formais no estado. Os programas de apoio ao empreendedorismo do governo federal vêm beneficiando um número crescente de paraenses. O Programa Crescer (microcrédito) tem 109.564 operações contratadas no Pará, com recursos da ordem de R\$ 161,95 milhões (Governo Federal, 2014). Já o Programa Empreendedor Individual conta com 97.730 inscritos e as empresas optantes do Super Simples no estado totalizam 173.007 (Tabela 14).

O Pronatec Brasil Sem Miséria do governo federal oferta gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade, prioritariamente aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais. Municípios de qualquer porte populacional podem aderir ao Pronatec, sem a necessidade de celebração de convênio com a União ou de pagamento de contrapartida por parte do poder público municipal.

Custeados pelo Ministério da Educação (MEC), os cursos são ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema “S” (Senai, Senac, Senat e Senar) e a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. As redes estaduais de educação profissional e tecnológica também podem participar do Pronatec BSM, como ofertante de cursos.

O aluno recebe todo o material escolar e didático, além da “assistência estudantil”, que consiste de alimentação e transporte, ou de recursos para custeá-los.

Tabela 14

Quantidade de operações de microcrédito produtivo destinadas a empreendedores populares por estado de 2011 a 2014 realizadas pelo governo federal

Estado	2011	2012	2013	2014
AC	442	2.156,00	8.193,00	6.935,00
AL	7.410,00	130.738,00	153.783,00	76.034,00
AM	2.586,00	7.591,00	18.698,00	13.955,00
AP	35	1.735,00	4.785,00	3.741,00
BA	20.496,00	301.454,00	384.865,00	241.547,00
CE	80.412,00	840.080,00	1.004.191,00	511.616,00
DF		14.313,00	36.006,00	39.568,00
ES	673	15.133,00	40.731,00	29.331,00
GO		21.647,00	63.724,00	52.192,00
MA	208.671,00	202.049,00	236.234,00	138.415,00
MG	8.974,00	153.364,00	293.919,00	192.360,00
MS	???	8.139,00	20.571,00	14.340,00
MT	???	10.308,00	29.925,00	21.869,00
PA	26.376,00	37.088,00	63.572,00	53.623,00
PB	53.833,00	211.253,00	243.676,00	126.356,00
PE	68.712,00	164.399,00	220.473,00	133.254,00
PI	52.760,00	263.538,00	308.327,00	161.531,00
PR	2.085,00	32.738,00	108.317,00	77.128,00
RJ	904	54.695,00	167.545,00	114.300,00
RN	24.270,00	127.494,00	162.574,00	90.375,00
RO	212	5.352,00	13.909,00	9.494,00
RR	335	1.169,00	3.500,00	2.410,00
RS		31.598,00	130.706,00	123.782,00
SC	1.026,00	28.423,00	91.476,00	68.395,00
SE	392	99.749,00	121.806,00	63.407,00
SP	3.356,00	138.681,00	444.210,00	360.530,00
TO	31.744,00	4.819,00	11.950,00	7.180,00

Fonte: Plataforma Brasil, 2015. Elaboração dos autores, 2015.

São mais de 500 opções de cursos em áreas como construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricista, auxiliar administrativo, entre outras. Há vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tenham letramento inicial até alunos com ensino médio, dependendo do curso.

Ao proporcionar qualificação profissional, o Pronatec Brasil Sem Miséria aumenta as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportuni-

dades de trabalho disponíveis. O governo estadual é o interlocutor do Pronatec BSM, no âmbito de seu território, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Para que o estado possa acompanhar de perto a execução do programa em seus municípios, é fundamental que conheça as especificidades de cada região e que esteja atento aos tipos de cursos ofertados, ao número de vagas, à efetivação de matrículas, ao andamento dos cursos e à sua adequação às necessidades do mercado local. Dentre as principais atividades a serem realizadas pelo estado, em conjunto com os municípios, estão:

- promover a participação dos municípios interessados e fazer a gestão junto ao governo federal para formalizar as adesões das prefeituras ao Pronatec BSM;

- organizar, em conjunto com o MDS, mesas estaduais de negociação de vagas, convidando municípios, unidades ofertantes e representantes do setor privado;

- dialogar com os departamentos regionais das unidades ofertantes, buscando garantir os tipos de cursos e o quantitativo de vagas mais adequadas a cada município;

- identificar oportunidades de geração de emprego e renda no território e apoiar os municípios no alinhamento da oferta de cursos com essas oportunidades;

- apoiar o alinhamento da oferta de cursos com o perfil do público-alvo do programa;

- promover a integração dos alunos às políticas de emprego e renda e a programas de associativismo e cooperativismo;

- promover a articulação entre as secretarias estaduais e municipais de assistência social, educação, trabalho, saúde e outras áreas envolvidas.

Desde o início do Pronatec BSM, em janeiro de 2012, até dezembro de 2014, foram efetuadas 28.012 matrículas no estado, em 76 municípios.

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) transfere recursos do governo federal aos municípios para ajudá-los a inserir os usuários da assistência social no mercado de trabalho. A ideia é que o repasse possibilite o desenvolvimento de estratégias para informar o público-alvo sobre a existência de cursos profissionalizantes e sua importância, encaminhá-lo para matrícula, acompanhá-lo durante o curso e ajudá-lo em sua inserção profissional, entre outras atividades de inclusão produtiva. Os repasses do Acessuas Trabalho em 2012 somaram R\$ 1.814.557,00 para sete municípios do estado. Em 2013, estes repasses somaram R\$ 1.729.052,00 para 15 municípios.

Em janeiro de 2015, o estado tinha 886.667 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). A cobertura do PBF era de 106,96%. Isso significa que, dentre as famílias do estado com perfil de renda do programa, 106,96% eram beneficiárias. Foram transferidos R\$ 165.284.673,00 às famílias beneficiárias do Programa em janeiro de 2015. De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a janeiro de 2015, houve aumento de 28,16% no total de famílias beneficiárias.

No estado, 93,86% das crianças e jovens de seis a 17 anos, beneficiados pelo Bolsa Família, têm registro de acompanhamento de frequência escolar. Na área da saúde, o acompanhamento chega a 76,06% das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até sete anos e/ou com gestantes (Governo Federal, 2015).

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizes. Em janeiro de 2015, 21.116 famílias recebiam o benefício variável para gestante (BVG) e 14.552 famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no estado.

TERCEIRO EIXO: A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL

CICLOS DE DESENVOLVIMENTO NO PARÁ

A fundação de Belém, a 16 de janeiro de 1616, foi o grande marco do projeto econômico-militar português de conquista territorial do Vale do Amazonas para a extração da biodiversidade local – as chamadas “drogas do sertão”, especiarias ocidentais de alto valor no mercado europeu que passaram a concorrer com as especiarias do oriente então supervalorizadas por cartelização estatal do oriente médio.

Todo este processo foi sustentado por estratégias contínuas de natureza militar e diplomática de Estado, promovendo conflitos entre tribos, massacres e/ou a escravização das populações indígenas. Ao mesmo tempo, promoveram confrontos bélicos com as outras potências europeias que possuíam domínios na Amazônia. Cada território anexado à coroa correspondia a uma nova rota de exploração de riquezas, combinada a exploração de toda a diversidade de conhecimentos das nações originais, acumulados culturalmente por milênios.

Esse padrão político-econômico, baseado na violência de estado, na exploração extrativista e na dominação das massivas nações originais, somado ao contexto geográfico e ambiental da floresta tropical, acabou diferenciando o novo território invadido, como nova colônia, no contexto da América Portuguesa.

Em 1626, a colonização portuguesa na América, possuía duas referências político-administrativas: a) O Brasil, que incluía o que hoje são as regiões Sul, Sudeste e parte do Nordeste, até o Ceará e b) a província do Maranhão,

Grão-Pará e Rio Negro que incluía o que hoje é a Amazônia Legal, o Maranhão, o Piauí e parte do Ceará.

O que diferenciava essas duas unidades coloniais era, 1) o modo de produção: no Brasil, predominava a monocultura e, no Grão-Pará, a atividade extrativa; 2) a relação política: o Brasil era dirigido por organismos locais formais delegados pela coroa, enquanto que a província do Grão-Pará e Maranhão, a partir do governo de D. José I, passou a ser dirigida diretamente pelo ministro ultramarino português, Sebastião José de Carvalho e Melo - o Marquês de Pombal -, que determinou a formação econômica, política e social da região, sem jamais lhe ter visitado, o que já anunciava todo o futuro de apartação da Amazônia em relação as matrizes externas, inter e intranacional, que determinaram seu modelo de desenvolvimento.

Antes do distante, mas presente, Marquês, a igreja católica, majoritariamente através dos Jesuítas, também fez parte do centro desta empresa colonizadora, com seu trabalho missionário vinculado às estratégias de ocupação da coroa. No entanto, com a assunção do Marquês de Pombal, os Jesuítas aprofundaram divergências com a coroa portuguesa que expropriou seus bens e os expulsou do território, o que nunca se deu completamente.

Para firmar e qualificar o domínio português no Grão-Pará, Pombal trouxe centenas de especialistas, dentre cientistas, militares, engenheiros, naturalistas, desenhistas, arquitetos e geógrafos. Nos antigos assentamentos missionários, firmando a liberdade dos índios, criou mais de trinta vilas e cidades. E também incrementou o comércio e o tráfico negreiro, criando para isso a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Este era o perfil do primeiro projeto de desenvolvimento exportado para a Amazônia, cujo objetivo central era a dinamização da economia, e a implantação de múltiplas experiências de atividades extrativistas ou monoculturas agrícolas, como o cacau, por exemplo, que passou a constituir uma riqueza importante da região.

Outra marca indelével, oriunda deste período tão marcante foi o patrimonialismo. O interesse do marquês de Pombal no Grão-Pará era quase pessoal: nomeou seu próprio irmão, Mendonça Furtado, como governante da província, um sobrinho seu como bispo do Pará, e vários outros parentes e amigos para cargos de destaque na burocracia colonial que dizia respeito a esta colônia no “novo mundo”.

Com o desgaste político do marquês, após sua destituição, o Grão-Pará e Maranhão foi praticamente abandonado pela coroa que teve outras prioridades, como ter que lidar com o avanço de Napoleão que lhe expulsou para o Brasil em 1808 e a subordinação à Inglaterra. Como a Amazônia não era objeto da gestão das embrionárias elites locais, também não recebeu os in-

vestimentos que marcaram a vinda da família real, entrando em decadência e estagnação por quase um século, primeiro momento que originou a desigualdade do desenvolvimento regional no futuro país.

Em seguida, com a Proclamação da Independência por Dom Pedro I, desenrola-se no Pará, então centro político da Amazônia, um conturbado processo de adesão à independência do Brasil, que, no entanto, animou o surgimento da imprensa e de uma vida intelectual e política local ativa, inclusive com relações internacionais e intercâmbios com as ideias que a partir da Revolução Francesa também haviam influenciado a Independência dos Estados Unidos da América da Inglaterra, o que contribuiu para a eclosão do primeiro grande processo político autóctone, a Cabanagem.

A Cabanagem, legítima guerra civil revolucionária que perdurou de 1835 a 1840, quando um terço da população pereceu, foi o único movimento pós-independência que efetivamente conquistou o poder político central em 3 ocasiões, todas sucedidas por negociações diplomáticas que encerraram com a devolução pacífica do poder ao governo central no Rio de Janeiro, já que, no entendimento dos Cabanos, suas divergências insolúveis eram somente com as elites portuguesas locais.

Em paralelo à efervescência política do período, com os contatos internacionais e a atenção conquistada pela região junto à coroa, em 1870, começa a se efetivar a emergente economia da borracha (I Ciclo), na “Era da Borracha” Belém converteu-se no centro do comércio mundial deste produto. O período ficou conhecido como uma *Belle Époque* Amazônica, a “Paris n’ América”. Só que mais uma vez, a lógica mercantil alienígena antiodiversidade preponderou e se estabeleceu o extrativismo “monocultor” do látex. Com isso a dependência de uma única atividade econômica se tornava letal e, dito e feito, com o surgimento de substitutos mais em conta, vindos do sudeste asiático, a região perdia a chance de se desenvolver com autonomia e sustentabilidade, período que ficou conhecido com o glamoroso termo francês “*débâcle*”, idioma preferido entre as elites. E uma nova e longa estagnação acometeu a região.

O jornalista Lúcio Flávio Pinto, registrou recentemente que “O Pará viveu, exatamente um século atrás, uma fase da sua história que guarda semelhanças com a atual, embora de significado bem menos complexo e grave”. O surto de crescimento econômico – continuado e incrementado – que a exploração monopolista da borracha sustentou:

[...] Em 1912 a quebra atingiu seu ponto definitivo de inflexão: para baixo... No dia 12 de fevereiro de 1913, ao assumir o governo, na sua mensagem de abertura do congresso estadual (a assembleia legislativa de então), Enéas Mar-

tins ainda tinha esperança: “saímos de uma longa noite penosa”. O alvorecer se infiltrava no horizonte, mas ainda era “conturbado”, admitia. A economia estadual, que brilhara nos anos anteriores e parecia indestrutível na sua pujança, sofrera pelos “abusos ao crédito, os desmandos nos impostos, os gastos e desperdícios” praticados pelos seus governantes e a sua elite. Nada fora feito para dar melhor aplicação à renda da borracha e prevenir a sua quebra... O novo governador acreditava que havia uma saída para a crise, através de “novas fontes de renda sem que com elas vexemos o contribuinte”. Achava que não convinha “diminuir ainda a taxa cobrada sobre a borracha bem preparada, pedindo à de fabrico menos cuidado uma pequena compensação no aumento da taxa respectiva”. Assim, estimulando o maior beneficiamento da matéria-prima e onerando a produção in natura, estimularia a formação de renda maior para circular internamente [...] (Pinto, 2014)⁶.

O fato é que, além de pretensiosa, a cultura elitista de adoração acrítica ao “que vem de fora” fez com que a maior parte da riqueza gerada pela borracha não fosse internalizada, o que não gerou uma formação bruta de capital local potente o suficiente, nem houve investimentos em outros negócios estratégicos com base local.

Ora, antes, com a proclamação de República, em 1889, não tivemos impacto distributivo sobre a formação das classes dominantes locais na Amazônia – assim como, em todo Brasil, e os mesmos fluxos e mecanismos de reprodução do capital e de exclusão sócio-política da maioria das massas foram mantidos, mesmo com o fim da escravidão. Além disso, a concentração de investimentos públicos da I República no sudeste agigantou, ainda mais, as distâncias econômicas e sociais do Sudeste em relação ao Norte e Nordeste. Mesmo após a Revolução de 1930, que relativizou a concentração dos investimentos públicos no sudeste, o curto II Ciclo da Borracha, iniciado e encerrado com a demanda externa da Segunda Guerra Mundial, vivemos novo declínio e uma angustiante estagnação a despeito do que ocorria no centro sul do país nas décadas de 1940 e 1950, com mais e mais investimentos públicos concentrados no Sul e Sudeste, então na Era Vargas, e em seguida com JK.

Nas décadas de 1960 e 1970, majoritariamente sob a direção estratégica da ditadura militar perpetrada há 50 anos, em 1964, a Amazônia e, sobretudo, o Pará, sai da estagnação, contudo, mais uma vez, para cumprir um papel de acordo com um projeto externo e, de novo, ser fonte de matérias-primas brutas sem qualquer processo importante de beneficiamento para agregação de

6. Extrato de Entrevista, 2014.

valor e formação bruta de capital local em cadeia. Projeto desenvolvimentista clássico marcado pelo que ficou conhecido como Grandes Projetos, agropastoris, energéticos e minerários, cujos maiores ícones são a UHE de Tucuruí e o Projeto Carajás.

Como no período da borracha, passamos então a desenvolver um modelo de desenvolvimento assentado sobre um único grupo de produtos, minérios, sobretudo o minério de ferro da Serra de Carajás, o mais concentrado do mundo. Após 30 anos de exploração acelerada, a jazida de Serra Norte está em vias de esgotamento. Mas já anunciaram a de Serra Sul, quatro vezes maior, que entrará em atividade comercial em 2017, tendo como única certeza seu esgotamento em cerca de 40 anos, se não ocorrer antes, com o desenvolvimento de alguma tecnologia de exploração mais agressiva que a acelere.

Com a derrota política da ditadura militar, a condução do modelo econômico sofre forte crítica e algum enfraquecimento institucional durante as décadas de 1980 e 1990 quando ganha enfim maior visibilidade a economia do comércio e serviços como as principais contribuições para a região e o estado do Pará. Além desses setores, nesse período merece destaque a articulação econômica da agricultura familiar que, mais do que novos espaços, também teve a festejar a maior visibilidade sociopolítica conquistada.

O ícone mais eloquente deste processo atual é a UHE de Belo Monte. Ao mesmo tempo que estamos em indiscutível correção diante das demandas energéticas nacionais e macrorregionais, temos acompanhado as sucessivas alterações no projeto original para sua adequação à realidade socioambiental. Dinâmica que tem sido processada por iniciativas de movimentos sociais em parceria com pesquisadores e procuradores do Ministério Público e contado com a sensibilidade e inteligente flexibilidade por parte do governo federal que demonstrando grande capacidade de aprendizado vem acatando sugestões em sucessivas oportunidades.

Contudo, ainda fica para as lideranças locais a tarefa de reverter o ordenamento institucional criado no ponto em que passam a cobrar o ICMS da energia totalmente no estado consumidor e não no produtor como é feito com qualquer outro produto. Mais um casuísmo tributário, tipo Lei Kandir, que mudam as regras do jogo para que recursos importantes sejam concentrados no centro-sul a despeito dos discursos a favor do desenvolvimento regional redutor das desigualdades.

A tarefa de estabelecer os marcos da soberania do estado sobre seu próprio destino, mesmo considerando sua interdependência nacional e global, é uma questão que já se coloca e precisa ser assumida como programa, contido em um novo modelo de desenvolvimento para o Pará. Sem este movimento,

corremos o sério risco de, assim como nos últimos 30 anos, que o Pará se destacou economicamente apenas como um grande fornecedor de *commodities* minerárias e agrícolas brutas, não conseguindo avançar quase nada na verticalização das cadeias produtivas, vemos no futuro apenas o mais do mesmo sem reverter à tendência que aparta sua elevada produção de riquezas da qualidade de vida de seu povo.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL

Devemos pensar o desenvolvimento não como projetos estanques e isolados que não dialogam entre si, não dialogam com as economias locais e muito menos com a qualidade de vida das pessoas – tal como muitos foram concebidos originalmente. Nesta direção é que precisamos aprofundar cada vez mais os fluxos das economias de escala, como a mineral e a do agronegócio, com as economias locais, particularmente com as economias de natureza popular e solidária, no campo e nas cidades, porque são elas que se fazem presentes na vida da maioria das pessoas. Assim como, entendemos que temos que articular com inteligência e inovação o setor industrial com o nosso potente setor de comércio e serviços, responsável por mais de 50% do nosso PIB e pelo emprego da grande maioria dos postos de trabalho, com uma capilaridade imensurável e adequada a nossa diversidade social e cultural, adaptando-se tanto aos grandes centros quanto às realidades, hoje periféricas, inclusive no meio rural. Podendo ser a ponta de lança de uma alavancagem econômica e social, que com recursos relativamente reduzidos, poderá impactar positivamente a vida do dia a dia das pessoas nas comunidades, assentamentos, bairros e grandes centros urbanos, já no médio prazo. Um novo modelo de desenvolvimento cujas estratégias se articulem “de dentro para fora e de baixo para cima”, gerando uma formação bruta de capital local, sólida nos mais diversos estratos econômicos e sociais, movimentando fluxos econômicos importantes que por transbordamento induzido integre economias locais promovendo reais ganhos considerando a lógica do desenvolvimento humano, com o acesso a novos patamares de educação, saúde, saneamento, moradia, mobilidade, vida comunitária, consumo consciente, lazer, paz e felicidade.

PROGRAMA DE APOIO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - BOLSA VERDE

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental, mais conhecido como Bolsa Verde, deposita R\$ 300,00 por trimestre para famílias que vivem em áreas consideradas prioritárias para a conservação do meio ambiente. As famílias beneficiadas se comprometem a manter a vegetação e a fazer uso sustentável dos recursos naturais dessas áreas. O benefício é concedido por dois anos, po-

dendo ser renovado. O programa contribui para erradicar a extrema pobreza ao mesmo tempo em que incentiva a conservação do meio ambiente, permitindo o desenvolvimento ambientalmente sustentável com inclusão social. De outubro de 2011 a dezembro de 2014, o Bolsa Verde, que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, beneficiou 44.012 famílias do estado do Pará, em 87 municípios (Governo Federal, 2015).

RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

As políticas públicas voltadas ao meio ambiente devem ser pensadas em diálogo com a sociedade, defendendo a preservação produtiva da biodiversidade na floresta amazônica, primando pela sustentabilidade e garantias de uma política que permita a permanência das comunidades ribeirinhas e extrativistas nos seus lócus naturais com proteção social do estado. Nosso projeto de desenvolvimento para o Pará, propõe políticas com o princípio da preservação da nossa identidade cultural e ambiental, que devem ser elementos constitutivos dos projetos de desenvolvimento econômico solidário, fazendo com que seus agentes também possam auferir oportunidades de crescimento e melhoria de qualidade de vida.

DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE

O Pará apresenta uma rede de cidades pequenas e médias, com pelo menos três polos citadinos de grande importância: Belém, Marabá e Santarém. É necessário estabelecer políticas públicas de diferenciada ordem, seja em conformidade com as dimensões, características territoriais e futuros fluxos migratórios e comportamentos demográficos. São condições básicas a integração entre a dinâmica rural e urbana no contexto do novo modelo de desenvolvimento iniciado na primeira gestão, para que os benefícios dos empreendimentos a serem realizados possam diminuir os custos das cidades e aumente as oportunidades de vida para os moradores.

O planejamento nas cidades será decisivo para que as mesmas sejam locais privilegiados para o desenvolvimento socioambiental, fundamentais para dar condições de acesso aos moradores à segurança, à moradia digna, ao saneamento, à educação, ao transporte público de qualidade, à cultura e informação, lazer e esporte. As políticas públicas serão consubstanciadas em obras infraestruturais de coerência regional capazes de colocar os municípios e suas sedes em redes integradas pela informação e com condições de acesso a serviços públicos.

A capacidade de gestão do município para o planejamento urbano em áreas urbanas que compõem o território municipal e suas áreas rurais deverão ser ampliadas por meio de avanço no fomento a democratização da gestão dos

planos diretores municipais e a participação do governo do estado auxiliando-os, reforçando o papel da SEIR e da Sala de Prefeituras, experiências implementadas no governo Ana Júlia Carepa (PT) no período de 2007 a 2010, e que foram abolidas pelo governador Simão Jatene, PSDB, a partir de 2011.

Novos modelos de gestão consorciada deverão ser incentivados nos locais onde exista a necessidade de tratamento de problemas comuns, tais como transporte de passageiros, coleta seletiva de resíduos, disposição de resíduos orgânicos, logística reversa e reciclagem de resíduos sólidos, esgotamento pluvial e esgotamento sanitário.

Fortalecer os processos de gerenciamento sustentável dos recursos naturais ocorrentes nos territórios municipais, com o estabelecimento de Comitês de Bacia Hidrográfica, Planos de Gerenciamento de Dunas, Planos de Uso de Faixa de Areia, Planos de Uso de Orla e Planos de Manejo de Área de Proteção Ambiental (APA) também deverão ser prioritários em nosso projeto.

Implantar a Ação Metrópole que consiste na implantação do sistema integrado de transporte metropolitano, com corredores estruturados, bilhete único e terminais de integração, investimentos na ordem R\$ 691 milhões, já garantidos no PAC-Pará deverá ser prioridade para o governo estadual até 2017. Também é papel do governo estadual a nosso ver, apoiar a política de formação de Consórcios Intermunicipais de Transporte. Além de concluir o esgotamento sanitário nas áreas urbanas dos municípios de Altamira, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Itaituba e Marabá, investimento total de R\$ 850 milhões previstos no PAC-Pará.

Conforme foi feito no governo do PT de 2007 a 2010, o governo estadual, desde 2011 deverá continuar apoiando a política de formação de Consórcios Intermunicipais de Tratamento e destinação final do lixo, com políticas específicas para a coleta seletiva, disposição dos resíduos orgânicos e reciclagem dos resíduos sólidos, inclusive logística reversa. Além de continuar a urbanização de assentamentos precários, com obras já definidas no PAC-Pará, com intervenções especialmente centradas em áreas de palafitas, alagadas e áreas de baixadas.

O governo federal através do PAC-Pará destinou recursos significativos para o desenvolvimento urbano no estado, no entanto, é preciso que o governo estadual execute as ações.

SUSTENTABILIDADE

As diretrizes que norteiam esse novo paradigma de proteção das florestas do estado do Pará estão consolidadas no Plano Estadual de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD), instru-

mento legal elaborado em consonância com a política nacional, o que significa um avanço no estabelecimento de um novo modelo de gestão do patrimônio florestal do estado. No entanto, é preciso avançar.

Lançar mão de instrumentos e arcabouço legal capazes de possibilitar um (re) ordenamento do território com a definição das potencialidades e restrições dos nossos ambientes naturais, identificação de áreas de conflito, respeitar os territórios indígenas e de populações tradicionais, promover a qualidade de vida nas áreas urbanas, garantir os meios para o desenvolvimento da produção agropecuária e mineral, para possibilitar a repartição justa das riquezas geradas no estado, é um elemento central em nosso projeto de governo para o estado do Pará.

Consolidar o ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental no Pará. Pensar o desenvolvimento do estado de forma sustentável pressupõe a necessidade de promover as bases necessárias que o nortearão. Essas bases estão pautadas no ordenamento territorial, que identificará as áreas aptas para a produção, os territórios que de direito pertencem às populações tradicionais e indígenas e áreas prioritárias para a conservação. Esse ordenamento será mais eficiente se articulado com a regularização fundiária e gestão consciente do patrimônio natural.

Estimular e apoiar os zoneamentos municipais. Promover desenvolvimento de forma equânime significa um desafio para um governo que tem em suas mãos um território de dimensões continentais como o estado do Pará. Portanto, se faz necessária a elaboração de políticas e programas de governo que subsidiem os poderes públicos locais na identificação e melhor aproveitamento das suas potencialidades econômicas e gerenciamento de seus recursos naturais. Estimular e apoiar os zoneamentos municipais é tarefa das mais relevantes dentro desse contexto, pois permite que as sociedades locais sejam protagonistas de um novo modelo de desenvolvimento.

Consolidar a descentralização da gestão ambiental e conformação do Sistema Estadual de Meio Ambiente - Sisema. Realizar a Conferência Estadual de Meio Ambiente. Estabelecer o Plano Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos.

O estado do Pará possui uma das maiores redes hidrográficas que compõem a Bacia Amazônica, característica essa que faz com se destaque pelo enorme potencial nos setores energético, viário e pesqueiro. No entanto, o uso indiscriminado dos recursos hídricos no estado, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, tem se traduzido em graves problemas ambientais. O aperfeiçoamento e consolidação da gestão desse recurso são de fundamental importância para garantir o desenvolvimento do estado, através da geração de riquezas para toda a sociedade, e a garantia da sua manutenção para as próximas gerações.

Aperfeiçoar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aplicá-lo em todo o estado. O CAR é um importante instrumento de auxílio à gestão ambiental e ao ordenamento do território, através da democratização do acesso à terra, às linhas de crédito e à assistência técnica. Seu aperfeiçoamento e universalização são fundamentais para que os direitos dos produtores sejam garantidos, e o estado tenha condições de garantir a sustentabilidade ambiental do seu território.

Estimular projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), que são serviços úteis oferecidos pelos ecossistemas ao homem, como a regulação de gases (produção de oxigênio e sequestro de carbono), belezas cênicas, conservação da biodiversidade, proteção de solos e regulação das funções hídricas. Dentro dessa perspectiva as florestas nativas do estado do Pará oferecem serviços fundamentais para a humanidade, como a participação na regulação do clima e a conservação da biodiversidade. Portanto, é imprescindível que governo e sociedade encontrem formas de proteção, manejo e uso das florestas nativas que assegurem geração de renda, aprimoramento da qualidade de vida dos moradores e a manutenção dos serviços ambientais.

A crescente produção de resíduos sólidos é um dos mais graves problemas da atualidade e ocorre principalmente nos centros urbanos. Isso tem rebatimento na saúde pública e no meio ambiente, afetando a qualidade de vida da população. Em conformidade com as diretrizes previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, o governo do estado deverá elaborar o plano estadual de gestão integrada de resíduos sólidos, instrumento que facilitará a gestão consorciada e o acesso dos municípios aos recursos da União. Ao mesmo tempo, o estado deverá, em regime de cooperação com os municípios e parceria com a iniciativa privada promover a criação de mercados locais e regionais de materiais recicláveis; apoio à implantação de programas de coleta seletiva, ações de educação ambiental e incentivo à criação de associações de catadores, visando a inclusão social no gerenciamento.

Priorizar a aprovação do ICMS ecológico, que é uma modalidade de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), e funciona como incentivo fiscal a municípios que voluntariamente promovem a conservação do meio ambiente e melhorias na qualidade de vida da população local. A adoção do ICMS Ecológico no estado do Pará pode representar um instrumento estratégico de estímulo à manutenção e/ou criação de áreas protegidas e outras medidas como investimentos em saneamento básico em áreas urbanas.

Criar o Instituto de Geologia e Mineração do Estado do Pará para redefinir o Marco Regulatório e implantar a Lei da Política Estadual de Mineração, assim como lei do fundo estadual de fomento a mineração, e o decreto de

regulamentação para o principal setor da economia paraense, estabelecer o Programa Estadual de Regularização Urbanística e criar o Projeto Floresta Urbana, com vistas à arborização e a formação de corredores de biodiversidade nas pequenas e médias cidades paraenses, também são desafios necessários ao governo estadual para garantir o modelo de desenvolvimento pensado pelo nosso projeto político para o Pará.

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS: POTENCIAL PRODUTIVO, DESMATAMENTO E GRILAGEM

O território paraense possui 65% de florestas tropicais, 32 milhões de hectares antropizados, destes, 26 milhões são pastagens. Mas, o rebanho bovino é de 20 milhões de cabeças, ou seja, 1,6 hac/cabeça. Em 2013, o desmatamento voltou a crescer e de maneira acentuada, o que não ocorria desde 2008. A área desmatada cresceu mais de 34%, segundo o INPE. Pela medida do Imazon o mesmo período foi catastrófico e promoveu um desmatamento superior a 90% da área desmatada até então, que, portanto, dobrou em um ano, perfazendo 810 km².

Certamente, fatores econômicos e políticos específicos ocorreram no Pará, já que no estado o desmatamento foi mais que proporcional em relação aos demais estados da Amazônia. Outro sintoma desta possibilidade é que no Pará, os desmatamentos se deram em grandes polígonos, indicando grandes investimentos que não ocorreriam se houvesse insegurança de resultados. Iniciativas que podem ainda estar associadas à histórica grilagem de terras e produção de madeira ilegal, um retrocesso de consequências perversas incalculáveis.

Herança do período colonial, desde as sesmarias, superposto por ciclos econômicos relativamente curtos e migrações explosivas sem acompanhamento do estado, temos hoje no Brasil 310 milhões de hectares de terras devolutas, terras públicas sob posse de particulares. O Pará detém 10% destas, 31 milhões de hectares, 23% de seu território que, sob a ausência histórica de ordenamento serviu, e serve, a um profundo processo de grilagem. Trata-se de titulações duvidosas, registradas em cartórios.

A grilagem no Pará é quase sempre acompanhada ou precedida de processos violentos contra posseiros de menor envergadura social e econômica, expulsos por pistoleiros, algumas vezes contando com a incapacidade da polícia em impedi-los, dando início a um processo econômico, amplamente descrito por pesquisadores composto, na sequência, pela produção extrativa de madeira ilegal, especulação fundiária, produção de pasto para pecuária e, com sua saturação, produção contínua de grãos. Havendo casos de associação,

em algum ponto desta cadeia, com a produção de drogas ilícitas, indicando envolvimento, em alguma medida com o narcotráfico que perpassa a região.

Mesmo possuindo 67 Unidades de Conservação em geral, que somadas perfazem 41,7 milhões de hectares, quase 30% do território paraense, a grilagem persiste infiltrando-se nas comunidades que cedem na medida em que não recebem políticas que as viabilize economicamente. Mesmo assim, em associação com o Programa Terra Legal do governo federal, de 2007 a 2010, o governo estadual do Pará arrecadou 77 áreas devolutas, 1,5 milhão de hectares que foram/serão redistribuídos legalmente pelo governo. No mesmo período, o governo estadual regularizou 2,1 milhões de hectares beneficiando 13 mil famílias, além de criar nove assentamentos extrativistas. O que indica que há solução possível para este problema secular.

Muitos dos discursos comuns sobre a Região Amazônica têm se constituído em construções ideológicas distantes da realidade regional, especialmente porque não conseguiram dar conta da diversidade e complexidade das relações que se efetivam nesse espaço. Por isso mesmo, a Amazônia não pode ser vista exclusivamente a partir da ótica natural da biodiversidade, mas como um produto histórico resultante das ações objetivas do homem sobre ela nos diversos momentos de sua construção.

Pensá-la somente em sua dimensão natural é idealizar um território como um *locus* sagrado, tanto para o bem quanto para o mal, obliterando assim as condições de conhecê-la em suas potencialidades e limitações, impedindo que ela seja conhecida em suas características histórico-sociais quando obstaculiza que sejam feitas ações planejadas que tenham em sua fundamentação e da legitimidade social daqueles que participam e constroem a Amazônia.

Deste modo, a nossa suposição sobre o referencial do desenvolvimento que deve orientar as formulações das ações do governo no estado do Pará, devem partir das seguintes premissas:

- a Amazônia é um espaço socioeconômico e ambiental de alta magnitude para o Brasil e de grande relevância no contexto de mudança do paradigma de desenvolvimento industrial e de consumo em que se engajam as principais economias do mundo no século XXI;

- o desenvolvimento amazônico deve levar em consideração a indissociabilidade das dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais, políticas e éticas da sustentabilidade;

- a educação constitui eixo estruturante básico em todas as políticas de desenvolvimento da região;

- o estado tem um papel fundamental como indutor do desenvolvimento sustentável da região que precisa avançar e se abrir à participação popular e ao controle social;

■ a integração física e de comunicações da Amazônia brasileira com os países do norte do continente e com o Mercosul deve ser consolidada nos marcos de relações produtivas, comerciais e culturais que promovam as economias internas, as políticas sociais emancipadoras e uma gestão ambiental consistente;

■ a Amazônia abriga diversidades internas e altíssima heterogeneidade étnica, racial, cultural, social, ecológica e física que impõem a necessidade de uma abordagem diferenciada na forma de conceber e executar as políticas públicas construídas para esta região;

■ as populações amazônicas detêm conhecimentos tradicionais e um movimento social organizado, articulado e de forte protagonismo na proposição e conquista de políticas públicas para o Brasil a exemplo do crédito; do sistema de assistência técnica rural; dos sistemas de produção sustentáveis para a pesca; florestas; pecuária e agricultura; do ordenamento e gestão territorial; da inclusão digital; da educação, entre outros;

■ a matriz do desenvolvimento econômico da Amazônia deve promover empreendimentos que maximizem valor aos recursos naturais da região, principalmente os renováveis, incluindo os valores intangíveis, como os serviços ambientais, os produtos turísticos da sua paisagem e das culturas de sua sociodiversidade.

É importante afirmar os avanços históricos conquistados na região nesses 12 anos de governo federal petista, com destaque para o ordenamento territorial nas áreas federais e estaduais, a regularização fundiária e o programa Terra Legal, a criação de novas unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral, as obras de infraestrutura do PAC que melhoram a vida das populações locais em muitos municípios do interior da Amazônia, a universalização da energia elétrica, a infraestrutura viária, as comunicações, a maior disponibilidade de crédito rural e urbano, o fortalecimento da assistência técnica rural, a criação de novas unidades e o fortalecimento das universidades e escolas técnicas federais e a extensão de várias unidades dos IFETs, recursos para pesquisa e inovação tecnológica, retomada da Sudam, financiamentos do BNDES para empreendimentos econômicos diversos e muitas outras políticas nacionais, como “Mais Médico”, “Bolsa Família”, “Pronatec” que demonstraram o firme compromisso do governo central com as populações da Amazônia (Carta da Amazônia, FPA/PT 2013).

QUARTO EIXO: PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E CIDADÃ COMO ELEMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA

A defesa da democratização cada vez maior do governo do estadual através de mecanismos de participação do povo na elaboração das políticas do estado e de Controle Social, são centrais no projeto de governo, a partir da:

- riqueza e da renda, priorizando a economia popular e solidária;
- da cultura e da informação, incentivando a cultura popular regional, a informação como direito universal;
- dos territórios, ordenando e promovendo a reestruturação fundiária, realizando a demarcação e titulação de suas terras.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E DEMOCRÁTICA

MODELO DE GESTÃO PROPOSTO PARA O ESTADO E ESCALA ESTADUAL DE GOVERNO

O governo do PT a partir de 2007, buscou um novo modelo de desenvolvimento, com uma política consistente de verticalização da produção local (mineraria, florestal, agrícolaetc.), e a atração de novos investimentos. Através de incentivos a ALPA, hidrovias, convenio com a FIESP para atração de investimentos, implantação de um centro formulador de propostas concretas de investimentos. Essas ações potencializadas principalmente a partir de três centros regionais integrados (Marabá, Santarém e Belém), com o objetivo de

produzirem sinergias entre si e os municípios do entorno, possibilitando a integração logística multimodal, política de incentivos financeiros e fiscais, ambiente favorável aos negócios e compartilhamento de inovação e tecnologia.

Nesse momento existiu o aprofundamento da articulação entre as Secretarias de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Educação, Agricultura, Adepará, Pesca, Universidades e Institutos Científicos com setores empresariais para, por meio da Finep e Fapespa, no âmbito do SPI, possa implementar e aprofundar políticas industriais e agrícolas que dessem ênfase à inovação nas pequenas e médias empresas, nas iniciativas de economia solidária e em empreendimentos agroindustriais combinados com a agricultura familiar e ações da reforma agrária. Foi criado o programa Navega Pará, garantindo comunicação de alta capacidade para todos os municípios paraenses. Para o programa no PAC-Pará foram previstos a implantação de 600 infocentros no estado, além de Cidades Digitais, investimento estimado em R\$ 151 milhões. E, também, se criou o IDESP como instituição voltada a articular e conceber o planejamento econômico estratégico do estado do Pará.

Assim, atualmente a política do governo estadual fez parte de um modelo de desenvolvimento, com a finalidade de criar condições objetivas para o governo ser um espaço de diálogo, de possibilidade de mediação entre estado e sociedade. Com isso priorizou a descentralização do Planejamento Territorial Participativo, para retomar o protagonismo popular. Reconstruindo os fóruns populares de debate sobre o orçamento, políticas públicas, instrumentos normativos e de planejamento participativo.

PRIORIDADES PARA AS DEMANDAS POPULARES

A gestão do PT no estado do Pará de 2007 a 2010, priorizou as demandas populares, possibilitando que a população tivesse acesso aos direitos sociais e às políticas públicas. As prioridades do governo foram a garantia de qualidade de vida para população do Pará, a partir dos levantamentos feitos nas reuniões que indicam a necessidade de priorizar demandas nas áreas de saúde, educação, segurança, habitação e infraestrutura/mobilidade. O olhar da gestão procurou centrar-se no acesso às políticas públicas visando a inclusão de setores da população, principalmente os mais excluídos do alcance dos serviços públicos por muitos anos, até as invisíveis nas estatísticas.

QUINTO EIXO: BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

SAÚDE

No Pará a expectativa de vida ao nascer até 2010, era de 72,8 anos/hab. O Sistema Único de Saúde (SUS), presta os piores serviços do país em atendimento à população. O índice de desempenho do SUS (IDSUS), ferramenta que avalia o acesso e a qualidade dos serviços de saúde no país, criado pelo Ministério da Saúde, registrou no Pará, um dos piores índices de avaliação entre os estados brasileiros. Belém é a segunda capital brasileira com os piores serviços, segundo o levantamento.

De acordo com dados de 2009, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existiam no estado 2.742 estabelecimentos hospitalares, com 13.720 leitos. Destes estabelecimentos, 2.057 eram públicos, sendo 1.932 de caráter municipal, 54 de caráter estadual e 71 de caráter federal, 685 estabelecimentos eram privados, sendo 631 com fins lucrativos e 54 sem fins lucrativos. O estado contava com 271 unidades de saúde especializadas com internação total, e 2.312 unidades eram providas de atendimento ambulatorial. Em 2013, foi verificado que o estado tinha um total de 2,07 leitos hospitalares e 0,87 médicos para cada grupo de mil habitantes.

Uma pesquisa promovida pelo IBGE em 2008, revelou que 71,2% da população do estado avalia sua saúde como boa ou muito boa; 61,7% da população realiza consulta médica periodicamente; 30,6% dos habitantes con-

sultam o dentista regularmente e 8,7% da população esteve internado em leito hospitalar nos últimos 12 meses. Os dados da pesquisa afirmaram ainda que 23,9% dos habitantes declararam ter alguma doença crônica e apenas 13,7% possuíam plano de saúde. Menos da metade dos domicílios particulares no Pará, ou seja, 47,4% são cadastrados no programa Unidade de Saúde da Família.

Tratando da saúde feminina, 23,7% das mulheres residentes no estado com mais de 40 anos fizeram exame clínico das mamas nos últimos doze meses; 32,8% das mulheres entre 50 e 69 anos fizeram exame de mamografia nos últimos dois anos; e 79,1% das mulheres entre 25 e 59 anos fizeram exame preventivo para câncer do colo do útero nos últimos três anos.

O governo federal até outubro de 2014, registrou que 64 municípios do estado receberam repasses do Ministério da Saúde para a construção de 105 Unidades Básicas de Saúde (UBS), em localidades de alta concentração de pobreza, destas oito estão em fase de ação preparatória, 41 em obras e 56 concluídas (Governo Federal, 2015). Milhares de paraenses são beneficiados pelos programas de medicamentos do governo federal “Farmácia Popular” e “Saúde não tem preço”. Atualmente, o estado conta com 405 unidades da “Farmácia Popular”, onde são comercializados medicamentos a preços subsidiados. A distribuição de remédios gratuitos para hipertensão e diabetes beneficia mensalmente mais de 96 mil pessoas no Pará (em dezembro de 2013, foram atendidas 96.749 pessoas com hipertensão e diabetes). Até 2014 estavam previstas as construções de 560 Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Pará com investimentos da ordem de R\$ 204,11 milhões. De 2010 até 2014 foram construídas 619 UBS no estado, elevando o número de unidades existentes para 1.683. Até o final de 2014, o estado contará com 2.243 UBS. Estão sendo construídas no Pará 50 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), com investimentos da ordem de R\$ 101,35 milhões. Desde o início dos governos Lula e Dilma, foram construídas seis UPAs no estado (*que já estão em funcionamento*). Com as unidades em construção, a rede de UPAs no Pará terá 56 unidades. Em relação ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) existem 53 ambulâncias básicas e oito ambulâncias avançadas, além de quatro centrais de atendimento. O programa Saúde da Família no Pará conta com 1.033 equipes que cobrem 44,11% da população. O Brasil Sorridente, conta com 594 equipes e 32 centros de especialidade do Programa.

MAIS MÉDICOS

De acordo com a assessoria de comunicação do Ministério da Saúde, atualmente, o Pará conta com 535 médicos atuando em 122 municípios e

quatro Distritos Sanitários Especiais Indígenas, beneficiando mais de 175 mil pessoas no estado. Segue a distribuição nos municípios:

Município	Médicos em Atividade
Ananindeua	4
Belém	1
Marabá	6
Santarém	18

Fonte: Ministério da Saúde, 2014. Elaboração dos autores, 2015

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizes. Em janeiro de 2015, 21.116 famílias recebiam o Benefício Variável para Gestante (BVG) e 14.552 famílias recebiam o Benefício Variável Nutriz (BVN) no estado.

Para fazer frente a um desafio com o tamanho e a abrangência territorial do Brasil Sem Miséria, focado no público mais vulnerável do país, foi necessário que o plano tivesse como referência uma rede com as mesmas características: a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O sucesso do Brasil Sem Miséria requer o bom funcionamento do SUAS e uma atuação integrada entre as secretarias estadual e municipal de assistência social e as secretarias de trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas no plano.

O fortalecimento da agenda da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, passa pelo reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços.

Em janeiro de 2015 o estado tinha em seu território:

- 235 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciadas pelo MDS;
- 8 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) cofinanciados pelo MDS.
- 7 Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centros POP) cofinanciadas pelo MDS.
- 300 vagas em Serviços de Acolhimento para População em Situação de Rua cofinanciadas pelo MDS.

EDUCAÇÃO

Em 2010 a taxa de analfabetismo era de 11,63% da população acima de 15 anos de idade. O estado do Pará de acordo com os resultados do Índi-

ce de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) , que hoje é o principal indicador para medir a qualidade do ensino das escolas públicas, apresentou baixíssimos índices de aproveitamento escolar, tendo em 2011 o segundo pior índice de desempenho do país, com 2,8 da 3ª série do ensino médio, só não perdendo para Alagoas. Além disso, ficou na 22ª posição entre os estados brasileiros nos resultados obtidos da 8ª série e 9º ano e, ainda, a rede pública estadual apresenta altos índices de abandono e reprovação.

A educação do Pará é uma das piores do Brasil: segundo dados que constam no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013, o Pará ocupa o 21º lugar no *ranking* de estados com alunos matriculados no ensino médio de escolas em tempo integral. Os números disponibilizados pelo Ministério da Educação apontam que, em 2011, 1.901 paraenses se matricularam em escolas que disponibilizam ensino médio em turnos contínuos. Em Pernambuco, primeiro lugar no *ranking*, foram 70.085 alunos matriculados nessa modalidade de ensino em 2011. Na região Norte os estados que estão à frente do Pará são: o Amazonas em 6º lugar, Rondônia em 16º lugar e Tocantins com a 17ª colocação.

O Pará possui várias instituições educacionais, sendo as mais renomadas localizadas principalmente na Região Metropolitana de Belém e, em outras cidades de médio porte. A educação do estado é tida como a vigésima sexta do país, comparada aos demais estados brasileiros. No fator “educação”, do Índice de Desenvolvimento Humano de 2010, o estado obteve um patamar de 0,528, ficando à frente apenas de Alagoas. Sobre a questão do analfabetismo, a lista de estados brasileiros por taxa de analfabetismo mostra o Pará com a 16ª menor taxa, com 11,23% de sua população considerada analfabeta. Houve superação na taxa de analfabetismo paraense. Em 2001, o mesmo ocupava a 18ª colocação no mesmo quesito, com 28,5% de sua população tida como analfabeta.

O estado possui a quarta maior porcentagem, entre os estados brasileiros, de pessoas entre 7 e 14 anos de idade que não frequentam unidades escolares. Os dados do censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, revelam que 5% dos habitantes do Pará nessa faixa etária encontram-se nessa situação, deixando-o apenas à frente de Roraima, Acre e Amazonas. Entre a população na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, o índice era ainda maior: 18,5% destes não frequentam unidades de ensino, de acordo com o censo de 2010. Isso colocou o Pará na 18ª posição nacional, no *ranking* que abrangeu todas as 27 divisões administrativas do Brasil. Apenas os estados de Mato Grosso, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, Amazonas, Rondônia, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Acre estão em situação semelhante ou pior. A população paraense em idade escolar alcançava 2.255.030 habitantes em 2010, um total de 29,7%.

Em 2011, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o estado obteve nota de 4,2 nos anos iniciais do ensino fundamental, 3,7 nos anos finais do ensino fundamental, e 2,8 no 3º ano do ensino médio. O patamar atingido pelo estado foi um dos mais baixos do país, principalmente no ensino médio. Os municípios do estado que atingiram as melhores colocações na rede pública de ensino, nos anos iniciais do ensino fundamental foram: Dom Eliseu (5,2); Ourilândia do Norte (5,2); Ulianópolis (5,1); Parauapebas (4,9) e Paragominas e Santarém (4,7). Nos anos finais do ensino fundamental, na rede pública de ensino, os municípios que alcançaram as melhores posições foram: Bannach (4,7); Altamira (4,4); Parauapebas (4,4); Novo Progresso (4,2) e Belterra, Uruará e Santarém Novo (4,1). Nos anos iniciais do ensino fundamental, Santa Maria das Barreiras foi o município com a pior avaliação educacional, segundo o IDEB, atingindo 2,8 pontos. Nos anos finais do ensino médio, o município que alcançou o pior desempenho foi Afuá, também com 2,8 pontos.

Em números absolutos, o estado possuía 246.184 pessoas com nível superior completo em 2010, um percentual de 4,06%, um dos mais baixos índices do país, superando apenas o Maranhão. Há muitas instituições de ensino superior no estado. Seis delas são de caráter público: Universidade Federal do Pará (UFPA) Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade do Estado do Pará (Uepa) e Instituto Federal do Pará (IFPA). Entre as principais instituições de ensino superior no Pará, de caráter privado, destacam-se a Universidade da Amazônia (Unama), o Centro Universitário do Pará (Cesupa), a Faculdade Integrada Brasil Amazônia (Fibra), O Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém, o Centro de Ensino Superior do Pará e as Faculdades Integradas do Tapajós (FIT). O Pará, como o Brasil, assiste a um processo de oligopolização do ensino superior privado, com a entrada das maiores bandeiras nacionais que já trabalham com acionistas estrangeiros, como a Estácio, Kroton, Anhanguera e o Grupo nordestino Ser Educacional.

Tabela 15**Número de alunos e estudantes no Pará - 2000-2007**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ensino fundamental	1.606.537	1.609.733	1.623.105	1.624.301	1.614.942	1.606.493	1.555.986	1.529.285
Ensino médio	264.469	289.515	307.927	331.627	341.516	359.328	370.287	367.944
Ensino superior	46.440	53.450	61.175	68.416	72.298	80.686	85.670	90.566

Fonte: Sistema de Informação do Estado (SIE).

No ensino superior, até 2014, cerca de 7.188 estudantes do Pará são beneficiados com bolsas do Prouni, e outros 4.328 estudantes do estado já se formaram graças ao programa. Em relação ao ensino superior Ciência Sem Fronteiras, o programa já concedeu 1.069 bolsas no exterior para estudantes do Pará. Atualmente a rede de ensino superior no Pará, formada por quatro universidades, sendo uma criada no governo Lula e uma criada no governo Dilma, em fase de implantação, disponibilizou 11.170 vagas, distribuídas em 28 campi. Desde 2003, foram criados 17 campi no estado, ampliando em 1.555 a oferta de vagas nas universidades federais localizadas no Pará. A rede federal de ensino técnico e profissional no Pará disponibiliza 24.056 vagas, distribuídas em 19 campi. Desde 2003, foram criados 12 campi no estado, ampliando em 6.573 a oferta de vagas na rede federal de ensino técnico e profissional. Das 543 creches previstas pelo PAC 2 para o estado, no período 2011/2014, 360 já foram aprovadas, com investimentos de R\$ 527,33 milhões. O PAC 2 aprovou a construção de 476 novas quadras escolares no Pará, no mesmo período, com investimentos de R\$ 221,28 milhões. O programa prevê, ainda, a cobertura de 315 quadras escolares no Pará, sendo que 254 já foram aprovadas, com investimento de R\$ 50,71 milhões.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) beneficia 2.232.343 alunos de 11.195 escolas do Pará, com o repasse de R\$ 178,49 milhões. O Programa Mais Educação do governo federal em 2011 foi implantado em 974 escolas do Pará e, em 2012, em mais 3.904 escolas do estado. Os recursos do programa Escola Acessível, foram distribuídos em 992 escolas do Pará. Já foram entregues no estado 239 salas completas e 1.741 salas com recursos multifuncionais parciais. Foi contratada a construção de 15 praças de esporte e cultura no Pará, com investimento de R\$ 32,47 milhões. Além do programa Pronatec, que foi criado pelo governo federal em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, e também contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.

O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Os cursos financiados pelo governo federal, são oferecidos de forma gratuita por instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são oferecidos pelas instituições do sistema S, como o Senai, Senat, Senac e Senar. A partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a oferecer os cursos do Programa. De 2011 a 2014, por

meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada (MEC, 2015).

EDUCAÇÃO: PROPOSTAS

■ Fortalecimento e criação de estruturas adequadas de planejamento educacional nas esferas estadual e municipal (PAR, PEE, PMES).

■ Fortalecimento e ampliação das estruturas de controle social na educação (CEE, CMES). Garantia e ampliação do piso salarial profissional no estado e nos municípios.

■ Concurso público para professores, especialmente no ensino médio e técnico.

■ Implementação efetiva do PCCR. Criação de programas de formação continuada no âmbito do estado.

■ Fortalecimento e incremento do Parfor. Criação de programas de regularização de escolas.

■ Criação e implementação de convênios de colaboração com universidades (com incentivo a projetos de extensão em saúde, serviço social e engenharia nos municípios).

■ Criação de planos e metas específicos para as diretorias regionais de ensino. Criação e implementação do programa do livro didático regional. Fortalecimento e implementação da educação em tempo integral. Ampliação da rede de escolas tecnológicas integrando formação profissional técnica com escolarização regular.

■ Criação e/ou fortalecimento dos sistemas municipais de ensino. Elaboração e/ou aperfeiçoamento dos planos municipais de educação. Criação e/ou fortalecimento de conselhos escolares. Implantação e/ou aperfeiçoamento da eleição direta para direção da escola.

■ Criação, implementação ou aperfeiçoamento de programas de avaliação educacional. Fortalecimento das políticas de inclusão e ações afirmativas (movimentos negros, índios, LGBT, deficientes etc.).

CULTURA: PROPOSTAS

■ Ampliação da política de editais, bolsas e premiações, com o objetivo de regionalizar a quantidade e os valores das premiações estaduais, fortalecendo parcerias com os municípios e a sociedade civil, inclusive por meio dos consórcios regionais.

■ Alterar a Lei Semear, para que passe a funcionar de acordo com o que preconiza o Pró-Cultura (antiga Lei Rouanet). Implementação do Custo Amazônico, ou seja, desenvolver ação política visando que a gestão do go-

verno federal reconheça o custo amazônico, assegurando dotação específica e diferenciada para os estados e municípios da região norte, considerando tanto as dimensões continentais, as diferenças geográficas e humanas, quanto às dificuldades de comunicação e transporte envolvidas no fomento, produção e distribuição dos bens e serviços culturais.

■ Criação do Sistema Estadual de Cultura para dar continuidade a implantação de um sistema público que integre os órgãos públicos e articule ações com os movimentos culturais no Pará, com base no Sistema Nacional de Cultura, democratizando a tomada de decisões e facilitando o acesso às informações e recursos.

■ Fortalecimento do Conselho Estadual de Cultura com vistas a reformular o Conselho, garantindo a representação das regiões, linguagens artísticas e segmentos culturais, com poder de acompanhar e deliberar as ações de implementação do Plano Estadual de Cultura.

■ Implementar o Plano Estadual de Cultura, assegurando o planejamento da política pública estadual de cultura, de médio e longo prazo, que garanta o pleno exercício dos direitos culturais ao povo paraense.

■ Incentivar a criação de secretarias ou fundações municipais de cultura a fim de fomentar a institucionalização e, dessa maneira, a valorização do setor cultural nos municípios paraenses.

■ Implementar o Inventário do Patrimônio Cultural do Estado do Pará (IPC/PA) a fim de identificar e documentar os bens culturais de natureza imaterial e material, com a criação de banco de dados da cultura paraense: patrimônio edificado, documental, arqueológico, ambiental, natural, artístico, objetos e acervos de valor histórico e científico. Implantar o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais com o objetivo de divulgar o resultado do Inventário Cultural nas 12 regiões de integração do estado, a fim de garantir a preservação da identidade cultural amazônica, produzindo e disponibilizando novas fontes documentais e iconográficas sobre patrimônio cultural do estado.

■ Consolidar o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial (Decreto nº 1.852/2009) a fim de identificar, registrar e difundir o patrimônio imaterial paraense, a partir do inventário dos saberes, fazeres, formas de expressão, celebrações e manifestações artístico-culturais.

■ Aprovar e implementar a Lei Estadual dos Tesouros Humanos Vivos (Lei dos Mestres da Cultura Popular), valorizando personalidades que promovem a continuidade e a difusão das expressões culturais paraenses.

■ Preservar e requalificar edificações que, por seu valor histórico e cultural, são referências para a população paraense com o intuito de preservar a

identidade cultural e a vitalidade econômica do patrimônio histórico por meio da recuperação, valorização e novos usos para o bem imóvel, com a requalificação urbanística e social, fomentando as atividades produtivas locais.

■ Preservar o patrimônio arqueológico do estado com a criação do Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico e implantação de reservas técnicas nos seguintes polos: Marajó, Metropolitano, Carajás, Baixo Amazonas e Xingu.

■ Preservar o patrimônio histórico documental do estado, implementando o Sistema Estadual de Arquivos Públicos e desenvolver uma política estadual de gestão do patrimônio histórico documental com a ampliação do Arquivo Público do Estado do Pará e formação continuada de técnicos especializados no tratamento, conservação e preservação de acervos.

■ Estimular a criação de Linha de Crédito para Imóveis Privados Tombados, com vistas a incentivar a preservação do bem imóvel tombado, por meio da regulamentação do Art. 8º da Lei Estadual nº 5.629/1990, da Lei de Preservação do Estado.

■ Consolidar o Programa de Educação Patrimonial *O Patrimônio vivo da Minha Comunidade*, através de ações educativas, de forma transversal, para a difusão e preservação do patrimônio cultural, por meio de cursos e oficinas de capacitação de agentes e mediadores culturais, com a democratização do acesso aos bens culturais.

■ Criar e consolidar o Sistema Estadual de Patrimônio Cultural, dando continuidade ao processo de elaboração do Plano Estadual de Gestão e Políticas Públicas do Patrimônio Cultural do Estado, com base no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

■ Garantir a ampliação e execução do PAC – Cidades Históricas do Pará (Belém, Vigia, Bragança, Cametá, Afuá, Santarém, Óbidos, Belterra e Aveiro), buscando a requalificação urbanística dos espaços históricos; investimento na infraestrutura urbana e social; recuperação de monumentos e imóveis públicos e privados; fomento ao desenvolvimento das cadeias produtivas das culturas locais, com o fortalecimento institucional e promoção do turismo, quem vem acontecendo desde o governo de Ana Julia em 2007, e que esta continuando até os dias de hoje.

■ Apoiar as Ações da Sociedade Civil paraense em Defesa do Carimbó como Patrimônio Cultural Brasileiro. Salientar que entre os anos 2008 a 2013, houve o pedido de registro do carimbo como patrimônio imaterial do Brasil, apresentado pela Irmandade de Carimbó de São Benedito, pela Associação Cultural Japiim, pela Associação Cultural Raízes da Terra e Pela Associação Cultural Uirapurú.

■ Implantar o Programa Pará Mais Museus, buscando estabelecer e ampliar políticas museológicas na esfera estadual, por meio de ações que atendam as demandas de manutenção, estruturação e criação de museus, a partir de um fundo estadual destinado aos espaços culturais (museus, casa de memória, centros culturais e outros).

■ Acelerar o Programa Pará Mais Cultura, ampliando a distribuição de bens e serviços culturais possibilitando o acesso a todas as regiões de integração do Pará. Implantação, em conjunto com a Seduc, do Programa Pará Mais Leitura, dinamizando, estrategicamente, a prática da leitura no estado, adotando o pressuposto de que um programa de massificação de hábitos de leitura contribui para melhorar os indicadores sociais do estado, das notas do Enem e do IDEB, até as condições da segurança social.

■ Estruturação de arranjos produtivos no setor cultural, buscando estruturar e dinamizar a economia da cultura paraense, promovendo o fortalecimento da nossa diversidade cultural, a partir do fortalecimento das cadeias produtivas das artes e da cultura nas diversas regiões paraenses, baseado nos princípios da Economia Solidária. Avançar com o Programa Cultura Cidadã nas Escolas, garantindo o acesso à fruição cultural aos alunos da rede pública estadual de ensino por meio de apresentações artísticas nas várias linguagens culturais, plenamente integradas ao Programa Escola de Portas Abertas.

■ Avançar na execução do Programa Comunicação Cidadã, objetivando a promoção da comunicação social como prática de construção democrática e popular, superando sua percepção exclusiva como instrumento de marketing e propaganda.

■ Avançar com o Programa Navega Pará na área da Cultura, criando redes sociais e sistemas de informações culturais utilizando a rede de comunicação e os recursos tecnológicos do Programa Navega Pará, bem como ações de disseminação da cultura digital. Avançar e incentivar no fomento do turismo cultural e de eventos, possibilitando o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população paraense. Investir na formação e qualificação cultural, buscando realizar atividades de formação voltadas aos artistas, grupos, produtores, técnicos e gestores públicos da cultura, obedecendo as especificidades e experiências de cada órgão e setor da área cultural.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 2002, segundo a PNAD, havia 41 milhões de pobres no país, com cerca de 15 milhões vivendo na extrema pobreza. Em 2014 esse número caiu de 41 para 15,7 milhões de pessoas vivendo na pobreza no Brasil, dos quais 6,53 milhões continuam abaixo da linha de pobreza. De fato, 3,5 milhões de brasileiros saíram da pobreza somente no ano de 2013 demonstrando

a eficácia das estratégias implantadas desde 2002, com o governo Lula, que agora avançam com Dilma articulando o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o Minha Casa Melhor e o Luz para Todos, que promovem forte impacto nas condições imediatas de empobrecimento, com uma política que alcançou o pleno emprego, corrige o salário-mínimo acima da inflação do período em mais de 100% e abre oportunidades de promoção sustentável da distribuição de renda através da educação com o Pronatec, o Prouni e o FIES.

Já o Pará, mesmo beneficiado por este ambiente e iniciativas, tem ainda grandes dificuldades para se colocar pelo menos na média nacional como podemos ver abaixo e na Tabela 18, na página 80).

Tabela 16**PIB x distribuição de renda**

Ente federado	População total	% de pobres	Renda apropriada pelos 20% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos	Percentual da população em domicílios com água encanada	Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada
Brasil	190.755.799,00	15.20	2.41	48.93	92.72	87.16
Pará	7.581.051,00	32.33	1.75	50.17	84.70	57.50

Fonte: IBGE (2010). Elaboração dos autores, 2015.

Tabela 17**IDH x Educação**

Ente federado	IDHM Longevidade	IDHM Renda	IDHM	IDHM Educação	Taxa de analfabetismo 15 a 17 anos	Taxa de analfabetismo 18 anos ou mais
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637	2,2	10,19
Pará	0,646	0,646	0,789	0,528	3,55	12,58

Fonte: IBGE (2010). Elaboração dos autores, 2015.

Uma sociedade desigual, com poucas oportunidades e violenta, particularmente com os mais jovens. Esta é uma caracterização possível, da sociedade paraense, a partir da leitura combinada das tabelas acima.

O público usuário da Política de Assistência Social, é constituído por cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos excluídos pela pobreza e, ou, no acesso às demais exclusões que podem representar risco pessoal e social. Para alcançá-los é feito o CadÚnico.

Tabela 18

Causas da mortalidade - população jovem e não jovem (em %)

Região Norte e estados, 1980/2011

UF/região	População jovem						População não jovem							
	Naturais	Externas	Total	Transporte	Suicídios	Homicídios	Violentas	Naturais	Externas	Total	Transporte	Suicídios	Homicídios	Violentas
Acre	36,8	63,2	100,0	21,4	3,8	25,8	51,1	87,5	12,5	100,0	4,2	1,1	4,0	9,3
Amazonas	28,2	71,8	100,0	15,0	6,3	41,7	63,1	85,4	14,6	100,0	5,4	1,0	5,3	11,7
Amapá	27,4	72,6	100,0	10,1	6,2	48,4	64,7	86,7	13,3	100,0	3,4	0,9	5,8	10,2
Pará	28,3	71,7	100,0	13,1	2,0	49,2	64,3	86,6	13,4	100,0	3,8	0,6	6,3	10,7
Rondônia	25,4	74,6	100,0	30,0	4,6	30,3	64,9	82,8	17,2	100,0	7,6	0,9	5,1	13,6
Roraima	33,6	66,4	100,0	21,0	12,6	21,8	55,5	81,3	18,7	100,0	7,7	1,3	4,7	13,7
Tocantins	31,7	68,3	100,0	29,6	5,3	26,1	61,1	84,6	15,4	100,0	7,0	1,1	4,0	12,1
Norte	28,6	71,4	100,0	15,7	4,0	43,8	63,4	85,9	14,1	100,0	4,6	0,8	5,7	11,1

Fonte: Homicídios e Juventude no Brasil – Mapa da Violência, 2013. In: www.mapadaviolencia.org.br.

Tabela 19

Cadastro Único no Pará

No estado do Pará o total de famílias inscritas no Cadastro Único em junho de 2014, era de 1.356.766, dentre as quais:

912.763 com renda *per capita* familiar de até R\$ 70,00;

1.112.006 com renda *per capita* de até R\$ 140,00;

1.258.819 com renda *per capita* de até meio salário-mínimo.

Total de pessoas cadastradas	4.561.244	06/2014
Pessoas cadastradas em famílias com renda <i>per capita</i> mensal até 1/2 SM	4.561.244	06/2014
Pessoas cadastradas em famílias com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 140,00	4.418.736	06/2014
Pessoas cadastradas em famílias com renda <i>per capita</i> mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00	700.045	06/2014
Pessoas cadastradas em famílias com renda <i>per capita</i> a mensal de até R\$ 70,00	3.285.440	06/2014

Fonte: Governo Federal, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda condicionada, que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de julho de 2014, 898.043 famílias, representando uma cobertura de 108,3% da estimativa de famílias pobres no estado. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 180,08 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 169.906.854 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2013, atingiu o percentual de 94,96%,

para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 974.753 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 1.026.502. Para jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 88,80%, resultando em 198.191 jovens acompanhados de um total de 223.192.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2013, atingiu 76,07%, percentual equivalente a 565.380 famílias de um total de 743.331 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do estado.

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	898.043	07/2014
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias	168.906.854,00	07/2014

Fonte: Governo Federal, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

QUILOMBOLAS

Famílias quilombolas

Total de famílias quilombolas cadastradas	11.841	06/2014
Famílias quilombolas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até 1/2 salário-mínimo	11.458	06/2014
Famílias quilombolas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de R\$ 70,01 a R\$ 140,00	1.112	06/2014
Famílias quilombolas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 70,00	9.271	06/2014
Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família	9.772	06/2014

Fonte: Governo Federal, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

INDÍGENAS

Famílias indígenas

Total de famílias indígenas cadastradas	4.952	06/2014
Famílias indígenas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até 1/2 salário-mínimo	4.844	06/2014
Famílias indígenas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de R\$ 70,01 a R\$ 140,00	617	06/2014
Famílias indígenas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 70,00	3.913	06/2014
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	3.872	06/2014

Fonte: Governo Federal, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Famílias em situação de rua

Total de famílias em situação de rua cadastradas	126	06/2014
Famílias em situação de rua cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até 1/2 salário-mínimo	120	06/2014
Famílias situação de rua cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de R\$ 70,01 a R\$ 140,00	7	06/2014
Famílias em situação de rua cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 70,00	111	06/2014
Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família	107	06/2014

Fonte: Governo Federal, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

EXTRATIVISTAS E PESCADORES ARTESANAIS**Famílias extrativistas**

Total de famílias extrativistas cadastradas	7.986	06/2014
Famílias extrativistas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até 1/2 salário-mínimo	7.676	06/2014
Famílias extrativistas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de R\$ 70,01 a R\$ 140,00	663	06/2014
Famílias extrativistas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 70,00	6.467	06/2014
Famílias extrativistas beneficiárias do Programa Bolsa Família	6.556	06/2014

Famílias de pescadores artesanais

Total de famílias de pescadores artesanais cadastradas	27.556	06/2014
Famílias de pescadores artesanais cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até 1/2 salário-mínimo	27.192	06/2014
Famílias de pescadores artesanais cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de R\$ 70,01 a R\$ 140,00	3.803	06/2014
Famílias de pescadores artesanais cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 70,00	21.684	06/2014
Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família	24.309	06/2014

Fonte: Governo Federal, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

RIBEIRINHOS**Famílias ribeirinhas**

Total de famílias ribeirinhas cadastradas	29.919	06/2014
Famílias ribeirinhas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até 1/2 salário-mínimo	29.014	06/2014
Famílias ribeirinhas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de R\$ 70,01 a R\$ 140,00	2.317	06/2014
Famílias ribeirinhas cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 70,00	25.019	06/2014
Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família	25.943	06/2014

Fonte: Governo Federal, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

AGRICULTORES FAMILIARES**Famílias de agricultores familiares**

Total de famílias de agricultores familiares cadastradas	44.129	06/2014
Famílias de agricultores familiares cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até 1/2 salário-mínimo	42.837	06/2014
Famílias de agricultores familiares cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de R\$ 70,01 a R\$ 140,00	4.804	06/2014
Famílias de agricultores familiares cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 70,00	35.193	06/2014
Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família	38.653	06/2014

Fonte: Governo Federal, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

CATADORES**Famílias de catadores de material reciclável**

Total de famílias de catadores de material reciclável cadastradas	1.964	06/2014
Famílias de catadores de material reciclável cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até 1/2 salário-mínimo	1.865	06/2014

Famílias de catadores de material reciclável cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de R\$ 70,01 a R\$ 140,00	246	06/2014
Famílias de catadores de material reciclável cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 70,00	1.484	06/2014
Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família	1.514	06/2014

Fonte: Governo Federal, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

CRIANÇA E ADOLESCENTE NO PBF

1 - Crianças e adolescentes das famílias do PBF no estado com frequência escolar informada	1.172.944	02/2014
2- Total de crianças e adolescentes das famílias do PBF no estado	1.249.694	02/2014
3 - TAFE - Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (item 1/item 2)	0,94	02/2014

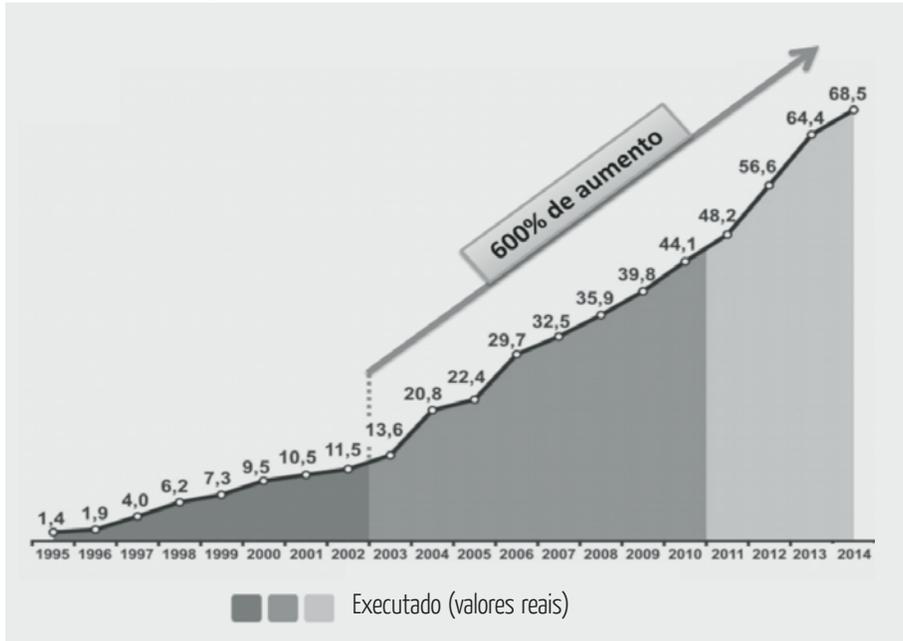
Fonte: Governo Federal, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

O estado brasileiro jamais teve antes um sistema dessa natureza, as bases de sua instituição na Carta Magna de 1988, que ampliou o escopo da Seguridade Social integrando nela a Assistência Social como direito. No entanto, apenas 16 anos depois, tendo passado por todo o período Sarney, Itamar e FHC, é que se tornou política nacional em 2004, no governo Lula, confirmando, mais uma vez, que diferenças filosóficas de pensamento político traz consequências práticas à sociedade.

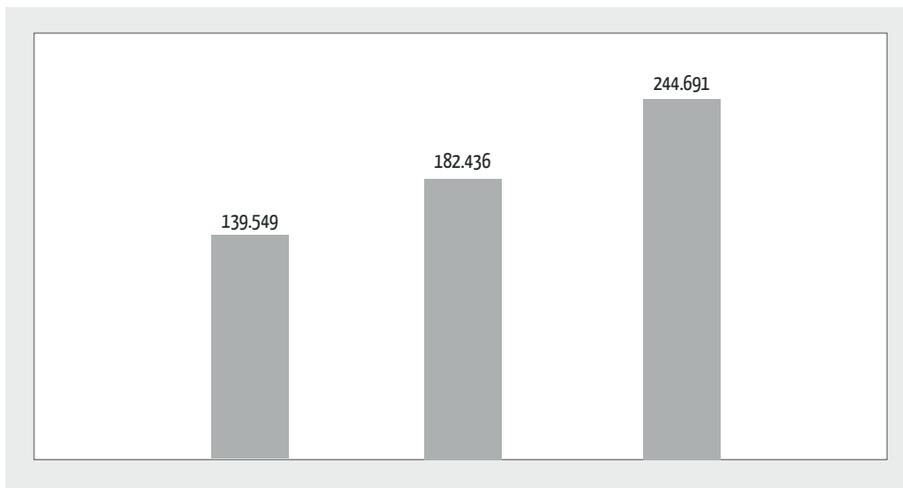
A partir de 2010, a presidenta Dilma assegurou a continuidade e aperfeiçoamento desta política pública, considerada inédita no Brasil e, muito em função de não submeter a assistência ao assistencialismo, mereceu da OCDE, o reconhecimento por ter obtido “avanços extraordinários” na economia e uma redução da pobreza e da desigualdade “nunca vista” no país antes. A entidade também declara que o Brasil atualmente “é um dos mais preparados para enfrentar a crise global e um dos que têm se saído melhor em meio às turbulências”. Isso se dá porque o país assumiu corajosamente essa política de combate à desigualdade social, na contramão do aumento da concentração da riqueza no mundo, em que “os mais ricos estão cada vez mais ricos”, como afirmou Thomas Piketty (2014).

É importante mencionar o Plano Brasil sem Miséria implementado a partir de 2010 no governo da presidenta Dilma. Ele foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77 por pessoa. Com o Brasil Sem Miséria, a fórmula de cálculos dos benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias mais pobres foi modificada. Agora, todas as famílias beneficiárias do Programa superaram o patamar da extrema pobreza.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o plano foi estruturado em três eixos: garan-

Gráfico 8**Constatação baseada na prioridade orçamentária dada ao setor**

Fonte: Governo Federal (2014). Adaptado pelos autores, 2015.

Gráfico 9**Evolução dos Trabalhadores (as) dos CRAS e CREAS (2014)**

Fonte: Governo Federal 2014.

tia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. São mais de 100 ações, programas e políticas distribuídas nos três eixos, que envolvem o trabalho de 22 ministérios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) coordena o Brasil Sem Miséria (Governo Federal, 2015).

Todos os estados brasileiros aderiram ao plano com a assinatura de termos de compromisso por seus governadores. Nesses pactos, as responsabilidades dos estados foram assim definidas:

- coordenar as ações do Plano sem Miséria em seu território, designando um responsável pela interlocução com o governo federal, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

- executar as ações do Plano Brasil sem Miséria, naquilo que couber, em consonância com os três eixos do plano;

- direcionar à população extremamente pobre políticas estaduais de garantia de renda e ocupação, quando houver, e de acesso a serviços públicos, em articulação com as ações federais e municipais;

- utilizar as informações do Cadastro Único como instrumento básico para identificação do público e planejamento das ações do Plano Brasil sem Miséria;

- aprimorar e ampliar as políticas públicas de desenvolvimento social e combate à fome em sua esfera de competência, promovendo a sua intersectorialidade;

- apoiar os municípios, valendo-se de instrumentos de monitoramento e avaliação para que eles possam aprimorar a execução de suas políticas e acessar adequadamente as ações do Plano Brasil Sem Miséria.

O acompanhamento dos municípios requer atenção especial dos estados, enquanto ponto de apoio próximo e qualificado, dada a importância do poder público municipal para o plano: a prefeitura é responsável pelo registro das famílias no Cadastro Único para os programas sociais, porta de entrada para boa parte das iniciativas do Brasil Sem Miséria; e tem papel de destaque no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza (Governo Federal, 2015).

Para a gestão e o acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário- mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios. De acordo com os registros de dezembro de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamento de janeiro de 2015 do Programa Bolsa Família, o estado tem:

- 1.420.040 famílias registradas no Cadastro Único, em 144 municípios;
- 886.667 famílias beneficiárias da Bolsa Família (41,24% da população do estado).

De junho de 2011 a novembro de 2014, o total de famílias em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único para programas sociais e incluídas no Programa Bolsa Família foi de 113.553 famílias em todo o estado. Atualmente, todas as famílias que entram no programa superam a situação de extrema pobreza do ponto de vista da renda. Desde o lançamento do Brasil Sem Miséria, 1.593.278 pessoas saíram da extrema pobreza no estado.

Mas ainda existem famílias extremamente pobres que não foram encontradas para inserção no Cadastro Único, o que impossibilita seu acesso a uma série de programas, entre eles a Bolsa Família. Daí a necessidade de ações integradas de busca ativa. O papel do estado nas rotinas de busca ativa e cadastramento consiste principalmente no apoio e estímulo aos municípios para a manutenção da boa cobertura e da qualidade das informações registradas no Cadastro Único.

Para avaliar a cobertura do Cadastro Único em cada cidade, o MDS trabalha com estimativas municipais da quantidade de famílias que devem ser incluídas, ou seja, todas as famílias do município com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa. Ao notar que a cobertura cadastral de determinado município está acima da estimativa, o estado pode incentivá-lo e apoiá-lo na melhora da qualidade das informações cadastradas e na atualização dos cadastros. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios. No caso dos municípios que estão abaixo das estimativas, o estado pode dar estímulo e apoio a ações de busca ativa e qualificação de informações.

PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O Programa de Aceleração do Crescimento, expressa a prioridade que a infraestrutura possui para o governo federal, na estratégia do crescimento produtivo do país. Portanto, é a expressão de uma dada concepção de desenvolvimento que, no caso da Amazônia, precisa de novos elementos que se aproximem ainda mais da nossa realidade socioambiental. Uma aproximação que identifique demandas de infraestrutura que potencialize a produção regional, inclusive comunitária cuja capilaridade garante uma escala econômica que ainda carece de reconhecimento.

Assim como, é necessário também pensar a infraestrutura na dimensão de portos de pequeno porte que tornem a navegação fluvial uma modalidade de

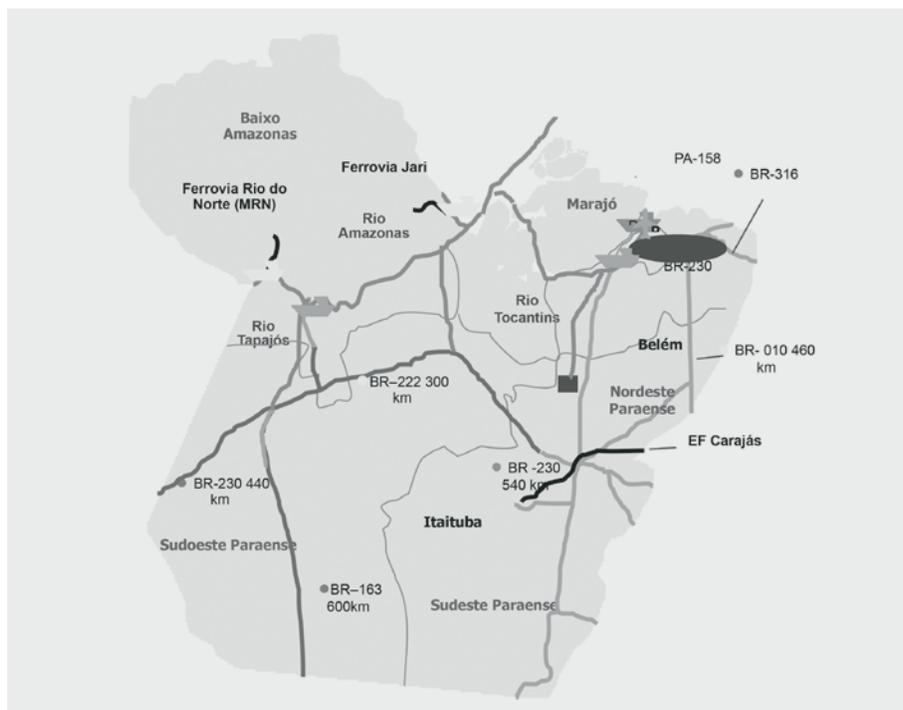
qualidade tanto para a movimentação de cargas para a produção local quanto de pessoas. Mas, sem dúvida, o que está proposto e em execução no PAC, especialmente no Pará, é capaz de alavancar a infraestrutura do estado a um patamar impensável há dez anos.

O mapa de demandas de infraestrutura elaborado pela CNI, no projeto Norte Competitivo, é representativo das demandas para suporte da economia de escala, baseado principalmente na economia minerária e na economia do agronegócio, principalmente a graneleira e pecuária.

Não há neste tema nenhuma elaboração que aponte as demandas de infraestrutura para as economias microrregionais e locais, mesmo as baseadas nas atividades produtivas de médias e pequenas unidades cuja diversidade e capilaridade, se articuladas, poderá potencializar a escala dessa produção que ainda é contabilizada apenas parcialmente. Essa lacuna, certamente corrobora com a necessidade de aperfeiçoar ainda mais a direção dos investimentos em infraestrutura no Pará.

Mapa 2

Rio Xingu



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sociedade equitativa, solidária e inclusiva, que respeite a cultura amazônica e sua diversidade, que resgate a vida como um bem supremo e inalienável. Uma nova economia produtiva, competitiva e diversificada, ambientalmente sustentável, inserida no contexto regional, nacional e mundial, que proporcione bem-estar para a sociedade como um todo, que distribua a riqueza e as oportunidades de forma democrática e que nos insira nas oportunidades do século XXI.

Um território eficazmente ocupado em termos de equidade e sustentabilidade ambiental, com alta performance para liderar, e capacidade de governar as questões relativas do desenvolvimento sustentável e solidário do estado do Pará. Uma cultura política renovada, fruto da interação estado-sociedade, que através de um novo projeto cultural de região torne possível a construção de um Pará renovado, justo e democrático para uma nova sociedade paraense.

PROPOSIÇÕES ESTRATÉGICAS

PAPEL DO ESTADO

■ Organizador, articulador e negociador das demandas coletivas entre regiões, grupos, segmentos e setores da sociedade paraense, para a construção participativa de um Projeto de Desenvolvimento claro e compartilhado com tarefas e benefícios específicos para cada parte.

■ (O PPA e os orçamentos anuais precisam ser expressão legítima da grande maioria da sociedade)

- Promotor de direitos, justiça social e econômica.
- Parceiro, fomentador e facilitador, dos empreendedores no desenvolvimento sustentável e solidário do Pará.
- Produtor e captador de dados e informações estratégicas, banco de dados de livre acesso.
- Projeção dos interesses locais no cenário nacional e internacional, com soberania política (soberania não significa autonomia, no mundo moderno todos são interdependentes, mas protagonismo).

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO COM SUSTENTABILIDADE E SOLIDARIEDADE

■ Levantar as diversas matrizes de demandas e potencialidades produtivas regionais, através de mecanismos que deem visibilidade dos mega empreendimentos presentes no estado mas chegando até, inclusive, às atividades econômicas caseiras como por exemplo de comércio, costura, produção de alimentos etc., que se consideradas em sua diversidade e capilaridade também ganham escala social e econômica importante. (O mapeamento das demandas permitirá identificar oportunidades de mercado que poderão orientar políticas de fomento à indústria, promovendo verticalização local)

■ Desburocratização, estabilidade e segurança legal para as atividades econômicas, grandes e pequenas. (Entre outras, criando postos de desburocratização onde, por exemplo, os empreendedores poderão tirar todas as certidões em um único local).

■ Aplicação da força de compras do governo na estratégia de desenvolvimento local de fomento.

■ Estabelecer uma coordenação do conjunto de políticas de fomento às atividades econômicas com sinergia estratégica em diálogo com os setores produtivos, ocupando espaços nacionais e internacionais em defesa dos interesses do estado.

■ Destacar fomento especial às atividades tradicionais de ampla capilaridade social e importante escala econômica através de arranjos que articulem produtos da biodiversidade como fármacos, cosméticos, fibras, frutos e correlatos com especial atenção às cadeias do açaí, bacuri, cupuaçu, mandioca e pescado. (O caso da mandioca é emblemático, apesar de estar na dieta de 100% dos paraenses, e na de quase 100% da produção agrícola familiar e comunitária do estado, até hoje não mereceu políticas de melhoramento, financiamento e assistência)

ECONOMIA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

■ Fomento da pesquisa científica aplicada para a produção de tecnologia e inovação técnica e gerencial.

- Escolas como pontos de fortalecimento da economia local e formação de talentos dirigidos para as demandas locais e regionais. (Escolas como referências de cadastro de atividades econômicas locais, feiras e oficinas profissionalizantes. Currículos complementares voltados para as demandas produtivas locais e regionais, com banco para estágios e empregos. O que pode ser articulado ao Bolsa Trabalho)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

- Fomento estratégico à produção comunitária dos produtos que demandam a floresta em pé.
- Fomento especial à economia da reciclagem.

ECONOMIA E SAÚDE

- Fomento especial à agricultura orgânica e medicinal de quintais.

ECONOMIA E JUVENTUDE

- Bolsa Trabalho
- Economia e Segurança
- Estratégia de empregabilidade de jovens e adultos em situação de risco social (Fábrica Esperança).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTAQ. Infraero. Análise Micrologística, mapeamento dos rios e terminais portuários 1, 2008
- CARTA DA AMAZÔNIA. Encontro Temático - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia. Belém do Pará, 2014.
- Censo IBGE, 2010. <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2015.
- DECRETO nº 1.697. Sobre o Plano Estadual de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Pará (PPCAD-PA), 2009.
- DECRETO Legislativo nº 136/2011. Sobre a realização do Plebiscito para criação do estado de Carajás. Nos termos do inciso XV do artigo 49 da Constituição Federal, 2011.
- DECRETO Legislativo nº 137/2011. Sobre a convocação do Plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós. Nos termos do inciso XV do artigo 49 da Constituição Federal, 2011.
- FIOCRUZ, 2013. <www.omid.mg.gov.br/...34-setembro.>. Acesso em 12 out. 2015.
- GOVERNO FEDERAL (2015). <www.pa.gov.br/>. Acesso em 8 out. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil dos Municípios Brasileiros - Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Diretoria de pesquisa, Coordenação de Populações e Indicadores. Rio de Janeiro – Brasil, 2008.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. Indicadores de Qualidade Ambiental dos Municípios da Região de Integração Guamá Belém. IDESP, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – Síntese de indicadores, PNAD, 2012.

INSTITUTO SANGARI. Mapa da Violência. MJ, 2012.[Rak, o mj é ministério da justiça?]

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <www.ipwa.gov.br>. Acesso em 12 Out. 2015.

MDIC (finanças públicas, endividamento, investimentos),2014. <www.mds.gov.br/>. Acesso em 12 out. 2013.

94 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Relatório publicado em janeiro de 2013.

PIKETTY, T. Capital in the Twenty-First Century, Cambridge, MA: Belknap Press, 2014.

SALES, T. Transferências intergovernamentais: análise das distorções dos mecanismos de repartição da cota-parte do ICMS no Estado do Pará – 1998 a 2008. Dissertação – UTAD, Vila Real, Portugal, 2010.

WORLD DRUG REPORT. Relatório Anual sobre Droga 2014 da Organização das Nações Unidas (ONU). Viena, Áustria. <www.unodc.org/brasil/>. Acesso em 12 out. 2015.

FPA Informa

BOLETIM DE CONJUNTURA
Autor: Guilherme Pello, economista

nº 356
Inflação persiste, mas resultado externo mostra melhoria expressiva

FPA Informa - Conjuntura 356
Aceleração deve-se ao aumento dos grupos educação (5,91%), alimentação (1,9%) e transportes (1,65%)

24/fev/2016

Perseu
HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA

CSBH

Revista PERSEU nº12
lança chamada pública
Está aberta a chamada de artigos para a revista PERSEU, em seu 12º número. Prazo para envio de artigos e resenhas é 7/3/2016

RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES

Ciclo de Debates - F...

Ciclo de Debates - FPA e FES

Mudanças Climáticas e o Desenvolvimento Rural Sustentável



ARTIGO
Pedro Tierra: Partido dos Trabalhadores 36 anos, a crítica da crítica

O PT se dispensou durante anos de qualificar as lideranças que herdaram das mídias sociais

19/fev/2016



JUDICIÁRIO
Rui Falcão: Decisão do STF sobre jurisprudência é gravíssima

Em artigo semanal, o presidente do PT critica decisão da Suprema Corte que permite pena de prisão após decisões de qualquer grau

22/fev/2016



TEORIA E DEBATE
Leia na edição Teoria e Debate deste mês: A Síria em momento crítico

Foi negociado em Munique um acordo de cessação de hostilidades, esforço capitaneado por Rússia e EUA, porém complexo

17/fev/2016

ASSISTA À NOSSA PROGRAMAÇÃO

TEORIAeDEBATE

Genro Sérgio Buarque de Holanda de Sociologia e História Política



MANIFESTO
Fundações lançam manifesto em defesa da democracia, contra o golpe

Documento com assinaturas de mais de 500 intelectuais, professores, artistas e juristas será encaminhado à presidente da República

18/fev/2016

ANIVERSÁRIO
PT 36 anos: Lula grava vídeo para parabenizar trajetória e história do partido

No dia 10 de fevereiro o PT completou seus 36 anos de existência. Comemoração oficial será no Rio de Janeiro

11/fev/2016

PROJETO REDE DE GESTORES PETISTAS

Participe da Rede de Gestores Petistas

saiba como

MILITÂNCIA
Novas vozes do PT: filiados falam sobre suas expectativas

Partido ganha 48,8 mil filiados em 2015, apesar dos ataques da mídia, motivados pela preservação das

03/fev/2016

Acesse o pesquisas

http://www.fpaabramo.org.br/parquesaqui

PUBLICAÇÕES

Editora EFPA Intervenção da imprensa na Alca dez anos

Projetos para o Brasil

Publicações diversas Direita, Volver!

Projetos para o Brasil

Publicações diversas Sustentabilidade

O Pão Nosso de

blogues FPA
Notícias, cursos, novidades

CONHEÇA O PORTAL DO conhecimento FPA

FPA dados

ESTUDOS
Estados Brasileiros
ACESSE AS PUBLICAÇÕES

O livro *Pará, 2000-2014* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Off set 75g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Este livro sintetiza um conjunto de dados e análises sobre o estado do Pará. Como os volumes anteriores da Coleção Estudos Estados Brasileiros, apresenta subsídios para um novo modelo de desenvolvimento, com internalização de renda, expansão do mercado de bens de consumo popular e processos produtivos locais -- com expansão do emprego e elevação da qualidade de vida. Com isso, o projeto estadual busca aliança com o projeto nacional que governa o Brasil há mais de 12 anos.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ISBN 978-85-570-8006-5



9 788557 080065